

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

**SANNA CHRIS MOURA NUNES**

**A ESCOLA, DISCIPLINA E NOVAS TECNOLOGIAS SOB A ORDEM DA  
VIOLÊNCIA: uma análise foucaultiana**

**Teresina  
2021**

**SANNA CHRIS MOURA NUNES**

**A ESCOLA, DISCIPLINA E NOVAS TECNOLOGIAS SOB A ORDEM DA  
VIOLÊNCIA: uma análise foucaultiana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Filosofia - PROF-FILO da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para o Título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Deyvison Rodrigues Lima

**Teresina  
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

N972e Nunes, Sanna Chris Moura.  
A escola, disciplina e novas tecnologias sob a ordem da  
violência : uma análise foucaultiana / Sanna Chris Moura  
Nunes. – 2021.  
65 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do  
Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal  
do Piauí, Teresina, 2021.  
“Orientador: Prof. Dr. Deyvison Rodrigues Lima.”

1. Filosofia Francesa. 2. Foucault, Michel, 1916-1958.  
3. Poder disciplinar. I. Título.

CDD 194

SANNA CHRIS MOURA NUNES

**A ESCOLA, DISCIPLINA E NOVAS TECNOLOGIAS SOB A ORDEM DA  
VIOLÊNCIA: uma análise foucaultiana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Filosofia - PROF-FILO da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para o Título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Deyvison Rodrigues Lima

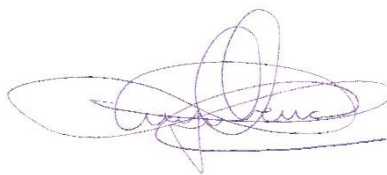
Aprovada em 22 de junho de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**



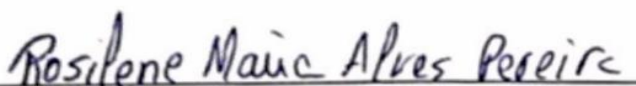
---

Prof. Dr. Deyvison Rodrigues Lima (UFPI)  
Orientador



---

Prof. Dr. Luizir de Oliveira (UFPI)  
Examinador Interno



---

Prof.ª Dr.ª Rosilene Maria Alves Pereira (UFPI)  
Examinador Externo

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pela minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

À UFPI, seu corpo docente, direção e administração pela oportunidade de fazer este curso.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Deyvison Rodrigues Lima, pelo apoio e paciência a mim dedicados.

A todos os professores por terem me proporcionado o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do carácter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

À minha mãe, Sandra Maria, pelo apoio e incentivo, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos de turma, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo que estivemos juntos.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

Este estudo analisa a escola como espaço de disciplina e violência sob a perspectiva conceitual de Michel Foucault. Com o objetivo de atualizar o rol dos mecanismos de disciplina e controle, a pesquisa utiliza a metodologia arqueológica da leitura foucaultiana para problematizar seu eixo norteador. Primeiramente, partimos da análise das relações de poder na sociedade disciplinada, onde o poder disciplinar e o controle dos corpos se inscrevem na subjetividade massificada dos sujeitos. Em seguida, elaboramos um breve apanhado genealógico dos dispositivos de controle e de poder presentes no campo educacional como um espaço de controle e violência. O crescimento das tecnologias disciplinares na escola atual funciona como práticas que inserem os estudantes em constante observação, no modelo de uma vigilância contínua como forma de tecnologia disciplinar potencializada na normalização da sociedade na era digital. Neste caso, para além da mera análise dos mecanismos de poder, pretendemos explicitar os conceitos presentes na obra “Vigiar e Punir” (1987 [1975]), com atenção para a escola contemporânea. A contribuição de Foucault é fundamental para entender as questões presentes na escola, pois é no ambiente escolar que as relações de poder são efetivadas e legitimadas de modo exemplar. Como conclusão, propomos pensar a sociedade através do fenômeno do poder que normaliza os sujeitos e suas novas tecnologias de implementação.

**Palavras-chave:** Poder disciplinar. Dispositivos de controle. Escola.

## ABSTRACT

This study analyzes the school as a space for discipline and violence under the conceptual perspective of Michel Foucault. In order to update or roll out the mechanisms of control and discipline, a research uses an archaeological methodology of reading for problems of problem or guiding axis of this research. First, we start from the analysis of the relations of the disciplined society, where the disciplinary power and the control of the bodies are inscribed in the massified subjectivity of the subjects. Then, we elaborate a brief genealogical history of the control and power devices present in the educational field as a space for control and violence. The growth of disciplinary technologies in the current school works as practices that place students in constant observation, no model of a continuous sequence or form of disciplinary technology enhanced in the normalization of society in the digital age. In this case, in addition to analyzing the power mechanisms, we intend to explain the concepts of the work "Vigiar e Punir" (1987 [1975]), with attention to the contemporary school. Foucault's contribution is essential to understand the issues presented at school, as there is no school environment in which power relations are carried out and legitimated in an exemplary way. In conclusion, we propose to think of a society through the phenomenon of power that normalizes subjects and their new technologies of implementation.

**Keywords:** Disciplinary power. Control devices. School.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>O SUJEITO COMO PRODUTO DA HISTÓRIA E O PODER DISCIPLINAR.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>O sujeito nas relações de poder.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>O poder disciplinar como autocontrole do sujeito.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3</b>	<b>A disciplina no controle do tempo e do espaço do indivíduo.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>DISPOSITIVOS DE CONTROLE E PODER NO CAMPO EDUCACIONAL.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>A escola como espaço de controle e de tempo da violência.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>Dispositivos de controle e poder na escola.....</b>	<b>37</b>
<b>4</b>	<b>VIGIAR E PUNIR NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>46</b>
<b>4.1</b>	<b>Vigilância e punição.....</b>	<b>46</b>
<b>4.2</b>	<b>Disciplina e disciplinas.....</b>	<b>48</b>
<b>4.3</b>	<b>Vigilância e as tecnologias disciplinares.....</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a educação atual, mas parece que a discussão fundamental sobre o *status* da escola como instituição de formação de um determinado tipo de sujeito quase sempre é deixada de lado. Diante do consenso de que a educação é a solução para todos os males, investe-se numa educação, teoricamente voltada para a cidadania, para os direitos humanos e para o mercado de trabalho, fundamentada na relação com o saber. Entretanto, o que se observa nas escolas é a existência de práticas que associam normas, disciplinas e vigilância, típicas de uma educação clássica, voltada para a técnica e regida sob o imperativo moral e econômico, tendo em vista a formação de cidadãos.

Diferentes tipos de estratégias de aprendizagem caracterizam o processo de ensino dentro da escola, como métodos de ensino, avaliação de rendimento, notas, frequência diária, fragmentação do horário das aulas, organização das carteiras em sala de aula, fardamento, entre outros. Tais mecanismos e estratégias de ensino atravessam o cotidiano escolar que, enquanto instituição pedagógica e formativa, trabalha com ações de adestramento do corpo, vigilância, exame e sanção normalizadora, constituindo-se como um lugar disciplinar que trata o/a aluno/a como sujeito assujeitado inserido num meio social e que já possui cultura e saberes adquiridos da sua experiência familiar.

A educação não foi uma questão prioritária na pesquisa de Foucault, não que o tema fosse de menor importância, mas em seus escritos, a educação, mais especificamente a escola, era abordada de forma diferente das perspectivas canônicas. Pode-se pensar a educação em Foucault de diversas formas, seja na forma de vê-la como saber, quando se trata dos jogos de poder, bem como pensar a educação como poder nas dimensões das relações de poder entre os indivíduos que fazem parte da escola e, por fim, pensar a educação como forma de subjetivação, em que há a constituição de si mesmo.

A obra de Michel Foucault, "Vigiar e Punir" (1987 [1975]) servirá de embasamento para este trabalho, pois seu texto representa um marco teórico-analítico para as mais distintas áreas do saber, tais como a história, a psicologia, o direito, a antropologia, as ciências sociais, a medicina e a educação. Isso porque tais áreas mostram afinidades de pensamento ou até contraposição; com isso, utilizam-se

das ideias das técnicas de poder postas na citada obra, a fim de situarem a contemporaneidade na irrecusável articulação produtiva de subjetividades derivadas da sociedade disciplinar. Para Foucault, a sociedade disciplinar era submetida a um poder que produzia homens vigiados, treinados e obedientes.

A partir da obra “Vigiar e Punir” (1987 [1975]), a educação e a escola são estimuladas a enfrentar os seus problemas, seus destinos, suas vocações, sua forma de conduzir o ensino e de entender como funcionam suas relações com os dispositivos de poder e de produção de subjetividades, bem como a forma de pensar as experiências que instigam, criam, resistam, denunciem, experimentam a própria educação para além da sombra que habita a escola.

Nessa obra, Foucault nos faz refletir sobre as relações de poder presentes no espaço escolar, instituídas pela disciplina e pelo controle, tanto quanto pelas relações do sujeito consigo mesmo. Para isso, utiliza-se das suas teorias e conceitos aplicados a outros campos como ferramentas para analisar os problemas educacionais. O autor preocupa-se com as práticas sociais de formação da subjetividade e, através disso, apropriamo-nos de suas definições, ao analisá-las no interior do ambiente escolar, visando realizar uma crítica a essa instituição e avaliar a sua função no meio social na contemporaneidade.

As relações de poder exercidas na escola funcionam como um instrumento para o poder disciplinar, que busca docilizar o indivíduo, do ponto de vista social, político e econômico, e, assim, produzir mais e gerar maior lucro. Foucault (1987) configura a disciplina como a arte do bom adestramento, pois ela auxilia na classificação, na ordem, na distribuição de cada aluno dentro da sala de aula e do professor, submetidos ao crivo do olhar classificador. O poder do olhar permite a organização em unidades espaciais, a partir de onde é possível reconhecer, ver e, por conseguinte, controlar cada aluno, bem como cada professor, através de dispositivos tecnológicos.

Na escola, o olhar de um vigia, no caso o professor, faz com que não haja a cola, o barulho ou conversas que possam distrair a atenção de alunos e professores. Por um lado, o professor, visto como fonte do próprio saber escolar, é o detentor do discurso da verdade, e o aluno é apenas ouvinte e repetidor. A função do professor é capturada pela prática disciplinar. Desse modo, tal prática instaura um esquema de saber intimamente ligado ao poder no âmbito escolar.

A sociedade atual se encontra em um processo de transformação, constituindo-se não mais em uma sociedade disciplinar, mas em uma sociedade de controle, que se investe sobre a totalidade do corpo social, mais precisamente sobre a população. Para Foucault (1987) o aparato escolar e suas práticas são planejados, deliberados e calculados em razão do poder normalizador. Esse fenômeno implica diretamente nas modificações do funcionamento da escola e um novo tipo de subjetividade que ela deve investir sobre o indivíduo para que ele esteja preparado para atender às exigências de um poder mais disperso, mais fluido, mais invisível fora do ambiente escolar. Nesta sociedade domesticada, o cuidado é chamado de disciplina, que se encarrega de adestrar o sujeito, fazendo-o interiorizar normas como uma segunda natureza, fundamental para a segurança de todos.

Inês Araújo (2001), ao interpretar o pensamento de Foucault, observa que as escolas controlam o espaço e vigiam o tempo. Os exercícios e as atividades desenvolvidas nesse ambiente ajudam no desempenho dos alunos, padronizam e tornam os gestos rigorosos, transferindo tudo para o corpo, que é ágil para responder ao menor sinal. Dentro das salas de aulas, o tempo é um operador pedagógico, isto é, o processo disciplinar consegue atingir a todos os educandos, controlando seus passos, o conhecimento, a postura e as emoções, impedindo que o outro demonstre as suas vivências e a sua cultura, uma vez que estão submetidos à padronização. Eles se tornam apenas mais um indivíduo na sala de aula.

O ambiente escolar tenta parecer um local natural, pronto e acabado, onde educadores e educandos não interagem na elaboração dos procedimentos pedagógicos, instaurando-se uma relação hierárquica repleta de imobilidade daqueles que não podem falar, pois apenas possuem o dever de executar, sob a planilha do desempenho. Segundo Siebert (1995):

O sentido objetivo da ordem institucional apresenta-se, assim, a cada indivíduo, como um dado acabado e universalmente aceito, socialmente admitido como natural e certo, como tal. Se há algum problema, atribui-se às dificuldades subjetivas que o indivíduo possa ter na interiorização desses acordos sociais. O mesmo, não tendo opção de selecionar seus outros significados, identifica-se automaticamente com o padrão, que é só o que conhece (SIEBERT, 1995, p. 20).

Em “Vigiar e Punir” (1987 [1975]), Foucault faz reflexões sobre a disciplina, como ela acontece e de que forma vai sendo aplicada na prática do educador. Para tanto, o autor cita as avaliações graduadas, que separam uns estágios de outros, a

fase que cada programa deve ser aplicado, assim como a dificuldade de seus exercícios crescentes para que cada aluno seja qualificado à medida que passa pelos anos da formação escolar.

A ação do ensino é baseada numa relação de fiscalização, pois a vigilância hierárquica carrega vários mecanismos de poder. Nessa ação, o poder disciplinador aparece em todo lugar, estando sempre em estado de alerta para que tudo passe pelo crivo do olhar vigilante e, desse modo, tudo e todos sejam monitorados e controlados de forma detalhada, visando à economia e obediência de tempo, com o objetivo maior de tornar os corpos previsíveis. A exemplo de um instrumento do poder disciplinar dentro da escola, podemos citar como exemplo a punição normalizadora.

Essa obra de Foucault abre uma gama de possibilidades para se compreender as políticas e práticas educacionais, principalmente no que se refere à fabricação dos sujeitos para a modernidade. Para esse filósofo, o discurso das ciências humanas versa sobre um indivíduo ao mesmo tempo jurídico e disciplinar: um corpo assujeitado é aquele inserido num sistema de vigilância e submetido a procedimentos e práticas normalizadoras. Assim, não resta dúvida sobre a presença do caráter disciplinador dentro da escola; espaço onde o corpo docilizado se expressa dentro de padrões dados como legítimos, que deve cumprir as normas e sempre corresponder ao esperado.

Foucault foi o autor que melhor demonstrou como as práticas e saberes disciplinadores funcionam para fabricar a modernidade e, conseqüentemente, formar o sujeito moderno. Com base nos seus conceitos, pode-se compreender a escola como uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes pedagógicos. Por isso, é no estudo da obra do filósofo que se pode buscar algumas maneiras de pensar a escola do presente.

Diante do contexto aqui apresentado, faz-se necessário levantar algumas questões que serviram de embasamento para a realização desta pesquisa, dadas as diferenças entre os dispositivos de poder de antigamente e os da atualidade: como se pode pensar o sujeito moderno diante dos dispositivos e tecnologias disciplinares contemporâneos? O que a obra “Vigiar e Punir” pode nos dizer ou sugerir acerca das atuais práticas pedagógicas na educação escolarizada?

O ambiente escolar deve proporcionar uma escuta atenta e qualificada, para que um fecundo diálogo possa emergir desse contexto, hipótese esta que possa

contribuir para uma nova concepção de ensino. Com isso, este trabalho tem por objetivo fazer uma análise sobre as teses foucaultianas acerca dos dispositivos de poder utilizados nas escolas de antigamente e nas escolas contemporâneas, como uma cartografia dos dispositivos e afetos em prática. São analisados os dispositivos disciplinares aplicados em décadas passadas, assim como é feita uma análise das novas tecnologias de disciplinas, isso com o intuito de compreender a nova configuração em que se encontram as escolas hoje.

Para dar conta desse objetivo, esta dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro a introdução. No segundo capítulo, aborda-se o sujeito como produto da história e o poder disciplinar. Em seguida, o terceiro capítulo explicita os dispositivos de controle e de poder no campo educacional. Finaliza-se com as considerações finais.

## 2 O SUJEITO COMO PRODUTO DA HISTÓRIA E O PODER DISCIPLINAR

Ao longo da sua trajetória filosófica, Foucault desenvolveu muitas pesquisas cujas análises estão relacionadas a variadas áreas do conhecimento, sempre se mantendo nessa posição de inclassificável, não pertencendo a nenhum campo específico. Ao mesmo tempo, utilizava-se de métodos e resultados desses variados campos, sem assumir qualquer tipo de compromisso teórico prévio. Seus trabalhos seguem uma lógica de acordo com as necessidades dos desenvolvimentos e resultados de suas pesquisas. Para o filósofo, seria necessário buscar formas de pensar diferentes daquelas já utilizadas.

Desde o início de sua carreira, Michel Foucault buscava desenvolver um trabalho filosófico que fosse diferente daquilo que era habitualmente trabalhado pelos filósofos da época. A relação do autor com a filosofia é fundamentalmente histórica e particularizada, localizando e analisando as questões no tempo de forma bastante específica, na medida em que ele se preocupava mais com as questões históricas.

Nos últimos 40 anos, os estudos de Michel Foucault (1926-1984) manifestaram-se como importante referência para o pensamento das Ciências Humanas e Sociais. Apesar de que seus estudos sempre estiveram sujeitos a críticas, suas perspectivas foram indicadas como ferramentas conceituais e metodológicas para se pensar em temas e problemas das mais diversas ordens, tais como: a doença, a loucura, a sexualidade, a criminalidade, as relações entre poder e verdade, a emergência das ciências humanas, a ética e as formas de subjetivação, e outras mais. Em se tratando do tema educação, poucas são as referências levantadas pelo filósofo, e quase sempre se apresentam em forma de exemplos que remetem a uma certa emergência e ação de algumas tecnologias do poder, forma de saber e posições subjetivas em determinadas sociedades.

Contudo, percebe-se que em diferentes países houve um grande número de pesquisas e estudos desenvolvidos no campo da educação, sobretudo a partir da obra *Surveiller et punir* (1975), que serviram de orientação para inúmeras pesquisas em diversas áreas. As aulas ministradas por Foucault no *Collège de France*, entre 1976 e 1984<sup>1</sup>, levaram ao desenvolvimento de muitas metodologias e reflexões,

---

<sup>1</sup> De 1976, "Em defesa da sociedade" (2006a); de 1978, "Segurança, território, população" (2006b); de 1979, "Nascimento da Biopolítica" (2007b); de 1980, "Do governo dos vivos" (2010b); de 1981, "Subjetividade e verdade" (ainda sem publicação em português); de 1982, "Hermenêutica do sujeito"

marcando assim, um novo olhar para com as práticas educativas.

A publicação de *Surveiller et Punir*, no ano de 1975, trouxe ampliação e aprofundamento nas instigações educativas, principalmente no que refere a pesquisas educacionais voltadas para uma configuração da posição do sujeito professor, das relações entre as práticas educacionais e o saber científico, reportando-se constantemente às afirmações e aos exemplos das tecnologias disciplinares referidas pelo filósofo. A publicação do livro “Vigiar e Punir” nos permite fazer uma significação para o âmbito educacional. Para Ball (1993), essa obra apresenta:

[...] o passo do espetáculo da punição à punição institucional disciplinada por meio da constituição de aparelhos que agem para definir as relações de poder na vida quotidiana; mencionam-se especificamente a escola e a sala como aparelhos dessa classe. No século XIX, emergiram como organizações particulares do espaço e das pessoas, experimentadas por quase todo o mundo, que resumiam o poder do Estado e, ao mesmo tempo, produziam e especificavam as individualidades concretas. Esse é o ‘duplo vínculo’ político, segundo Foucault. (BALL, 1993, p. 9).

Nesse livro, Foucault coloca toda ênfase em busca do entendimento acerca dos processos pelos quais os indivíduos se transformam em sujeitos, como resultado de um processo de subjetivação que se dá no interior das redes de poder, que os capturam, separam e classificam. Para o autor, os sujeitos, sejam eles políticos, de conhecimentos ou éticos, são constituídos por uma cadeia de relações éticas que passam pelo saber e pelo poder. Essas relações se estabelecem de forma independente, vinculadas umas as outras, e ao mesmo tempo que produzem objetos de conhecimento, produzem sujeitos a serem conhecidos.

## 2.1 O sujeito nas relações de poder

Foucault dedicou toda a sua filosofia em torno do sujeito, tal como podemos comprovar pelo título de seus cursos explicitados em nota abaixo. O filósofo estudou não apenas como se constituiu a noção de sujeito, mas as maneiras como esses se

---

(2002); de 1983, “O governo de si e dos outros” (2009); e de 1984, “A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II” (2010a). Embora Foucault tenha começado a ministrar aulas desde 1970-1971, os cursos mais utilizados e conhecidos são os aqui referidos, desde 1976 até 1984.

transformam em sujeitos modernos, isto é, de que forma cada sujeito se torna a entidade que lhe conceitua como sujeito moderno.

Eu gostaria de dizer, que antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 231).

As ideias de Descartes, Leibniz e Kant sobre sujeito foram fundamentais para a consolidação da noção de um sujeito visto como uma entidade já dada, como uma propriedade da condição humana, e, por isso, presente no mundo. A própria noção moderna de que o sujeito é o objeto a ser trabalhado pela educação tem seu ponto de partida do entendimento de que o sujeito é uma entidade natural, que preexiste ao mundo político, cultural, social e econômico, a partir dos quais se constrói empiricamente.

A obra de Comenius, a “Didactica Magna” (1997 [1631]), resumiu todos os saberes sobre a educação escolarizada dos séculos XVI e XVII. Esse autor trabalha com a noção de homem naturalmente educável, que ao nascer seria possuidor de toda potencialidade própria e exclusiva da condição humana, mas que seu entendimento ainda se encontra inacabado:

Fique estabelecido, pois, que todos os que nasceram homens a educação é necessária, para que sejam homens e não animais ferozes, não animais brutos, não paus inúteis. Segue-se que alguém só estará acima dos outros se for mais preparado que os outros. (COMENIUS, 1997, p. 76).

Comenius (1997) defende a ideia de que todos devem realizar a humanidade latente que carregam ao nascer, como um dom divino. Para ele, devemos ensinar tudo a todos através da educação, pois o ser humano é um sujeito dotado de uma natureza comum capaz de aprender. O sujeito deve ser educado para construir e atingir sua própria autoconsciência e, desse modo, conquistar sua autonomia.

Ao contrário do que pensa Comenius, Foucault não concorda com essa noção moderna de sujeito que já existe, e detalha em seu trabalho como esse sujeito é instituído nas práticas e modos sociais. Em suas pesquisas, ele define os três modos de subjetivação que transformam os seres humanos em sujeitos (FOUCAULT, 1987): primeiramente, na arqueologia, em que ele registra a objetivação do sujeito nos campos dos saberes; depois, na genealogia, quando estuda a objetivação de um sujeito nas práticas do poder que o divide e classifica e, por último, a ética, em que



analisa a subjetivação de um indivíduo que pensa sobre si mesmo. Em resumo, os sujeitos são construídos através dos modos de investigação, pelas práticas classificatórias e pelos modos de transformação. Nesse sentido, Foucault utiliza a palavra sujeito de duas formas, seja como aquele ser assujeitado a alguém pela dependência e controle, ou por estar preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. (FOUCAULT, 1995).

As noções de sujeito, a subjetividade e os processos de subjetivação são inseparáveis das relações de poder na obra do filósofo, isso porque toda sua filosofia se constrói em torno do problema da constituição do sujeito e suas formas sociais (FOUCAULT, 1995). O sujeito é social e historicamente construído, fundado sobre os mais diversos procedimentos, os quais Foucault denomina como processos de subjetivação, que levam à constituição de um sujeito, ou melhor, as formas de se constituir uma subjetividade.

A subjetividade é produto da história, e o que se pensa ser nossa consciência, é transformada conforme as diversas relações estabelecidas em períodos diferentes. Já os processos de subjetivação podem ser entendidos de duas formas: primeiro, como verdadeiros modos de objetivação, “o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação” (REVEL, 2005, p. 82). A segunda forma seria a maneira pela qual a relação consigo mesmo, através de certas técnicas, permitem a alguém constituir-se como sujeito de sua própria existência (PAIVA, 2000).

A produção histórica dos sujeitos é resultado da união de fatores que vão das práticas sociais de assujeitamento até as chamadas práticas de si. Para Candiotti (2010), entre a prática do discurso de verdade e as práticas sociais e históricas constituídas por estratégias de poder não há identidade, mas articulação. Trata-se de compreender os sujeitos como resultados de dois processos: um de assujeitamento, que consiste na formação das subjetividades através de dispositivos de poder e outro que se refere ao fato de os sujeitos se reproduzirem através de suas práticas individuais em suas relações consigo mesmo, que Foucault chamou de técnicas de si, e em suas relações éticas com os outros (FOUCAULT, 1984).

Dessa forma, o trabalho realizado por Foucault consiste na análise de pensar o sujeito como objeto histórico construído à base de determinações que lhe são exteriores, e também de técnicas de si, em uma relação com o poder e a verdade.

O problema da produção histórica das subjetividades pertence, portanto, ao mesmo tempo, à descrição genealógica das práticas de dominação e das estratégias de governo às quais se pode submeter os indivíduos, e à análise das técnicas por meio das quais os homens se produzem e se transformam. (REVEL, 2005, p. 85).

As situações nas quais há produção de sujeitos, sejam elas práticas de poder, de ética ou de governo, dependem de uma relação com a verdade. Isso porque só é possível construir sujeitos úteis, se houver uma relação com a verdade, de modo que também só é possível um sujeito se construir a si mesmo em sua liberdade, por meio também de uma relação com a verdade. Essas práticas de poder, de ética ou de governo se dão em concordância com o que Foucault chamou de “jogos de verdade”. Para o filósofo, os jogos de verdade não são a descoberta de coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a propósito de certas coisas que o sujeito pode dizer, decorre da questão do verdadeiro e do falso.

Essa noção de conceito se mostra fundamental na compreensão do problema do sujeito e da subjetividade, já que a análise das condições de possibilidades da constituição dos objetos, do conhecimento e a análise dos processos de subjetivação são indissociáveis. Conforme Foucault:

É preciso sobretudo admitir que o poder produz saber (e não simplesmente o favorece porque ele serve ou o aplicando porque ele é útil); que o poder e o saber se implicam diretamente um e outro; que não há relação de poder sem constituição correlativa de um campo de saber. Nem de saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de poder-saber não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria livre ou não em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são, no entanto, efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Em resumo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber útil ou desobediente ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e do qual ele é constituído, que determinam as formas e os domínios possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1987, p. 32).

A subjetivação e a objetivação são dependentes uma da outra e surgiriam a partir das relações com a verdade. Para Foucault, o corpo, assim como o pensamento, também está diretamente ligado à história. O corpo é pensado, produzido, vivido e experimentado de acordo com as peculiaridades de cada época e cultura. Assim, os sujeitos são transformados e construídos em cada tempo que vivem. É levando-se em conta todas as discussões estabelecidas por Foucault que conseguimos compreender

que, em suas formulações, ele argumenta que não há nada como o sujeito (em sua pureza ou universalidade).

Foucault não analisa as práticas políticas, éticas ou sexuais a partir de categorias ideais ou de sujeitos abstratos não existentes ou fora da realidade histórica e social de seus respectivos tempos. Analisa as práticas efetivas, mapeadas pela história, naquilo que ele denomina, ainda em seus escritos da década de 1960, de um “*a priori* histórico” (FOUCAULT, 2009). Os sujeitos são históricos, assim como “tudo é histórico e tudo depende de tudo; nada é inerte, nada é indeterminado e, como veremos, nada é inexplicável; longe de depender de nossa consciência, esse mundo a determina” (VEYNE, 1998, p. 268). O filósofo parte das formas históricas e o exercício do poder para buscar compreender o caráter exposto por essas relações e seu verdadeiro papel na construção do sujeito. Com isso, não se pode negar a existência dos sujeitos, eles existem, sendo constituídos pelas práticas e saberes.

Nos últimos anos de desenvolvimento de seus trabalhos, Foucault voltou-se ao tema da relação do sujeito com a verdade e a importância dessa relação na construção do sujeito histórico. O autor investiga as relações que existem entre a verdade e a política, partindo das condutas de governo, suas práticas e sua relação com a constituição do sujeito. É colocada a questão do governo de si e para os outros, analisando como a verdade, na sua relação com a política, pode indicar o modo como o sujeito se constitui em relação a si e em relação aos outros.

O que Foucault tenta demonstrar novamente nesse caso é que os sujeitos se constituem inicialmente das relações com o poder, de relações consigo mesmo, além das relações com a verdade ou com o discurso verdadeiro. Desta forma, as relações com a verdade estão relacionadas com o modo como levamos nossa vida, de maneira que todas as nossas ações estão ligadas a esses discursos que acreditamos como verdadeiros.

As relações de poder incidem sobre a vida produzindo o sujeito, que por outro lado, isso não acontece em uma condição absolutamente passiva, mas a partir do que Foucault chamou de práticas de si, nas quais o sujeito se apropria de um discurso verdadeiro, e daí se pode traçar diversas maneiras para criar uma existência que seja mais livre. Portanto, o exercício de uma ética não se separa da política: os sujeitos éticos são políticos porque são capazes de colocar-se em problemas comuns, o que

só pode acontecer a partir de uma mudança de si mesmo, de uma transformação que se opera por meio do exercício do pensamento.

Assim, Foucault mostra a relação da produção da verdade com as práticas culturais e o poder, num jogo de transformação e construção do sujeito para com isso abrir espaços nos quais já não se enquadra o sujeito detentor da verdade e a filosofia baseada em quaisquer conhecimentos. Em resumo, procura demonstrar como os sujeitos e os objetos do conhecimento surgem de processos históricos de objetivação e de subjetivação. O autor defende a abordagem particular de problemas através de sua história, evitando, assim, generalizações. Essas, quando surgem na forma de conclusões sobre a relação dos sujeitos com a verdade ou do modo de produção do saber relacionado ao poder, estão sujeitas a reformulação.

O filósofo destaca que os fenômenos dessa perspectiva devem ser tratados em sua singularidade temporal e espacial, em sua especificidade. Com isso, o destaque especial ao problema do sujeito no interior de sua origem e evolução situa-se em oposição a uma perspectiva do sujeito como instância constituinte, fundadora da ordem e transcendente, isto é, como algo dado universal e necessário.

Do ponto de vista da genealogia de Foucault, o sujeito é atravessado e envolvido pela história, negando a possibilidade da ideia de um sujeito, de uma natureza metafísica além da experiência. Para o interesse dessa pesquisa, importante ressaltar este ponto: não se trata de fazer do ser humano uma *tabula rasa* em que a história viria a se inscrever, negando, por exemplo, a existência de um comportamento físico e material a partir do qual a subjetividade ou os comportamentos humanos se dariam. Em outras palavras, Foucault alerta para o peso da linguagem, do vocabulário, da cultura e da nossa significação para com o mundo na definição de quem somos. As certezas devem ser colocadas de lado e examinadas criteriosamente a partir de pressupostos, fundamentos e lugares de onde pensamos, falamos e agimos.

Tratar do problema do sujeito, da sua existência e sua constituição, sem dúvida era uma das preocupações de Foucault. Para ele, os sujeitos são feitos ao mesmo tempo em que se fazem, imersos e confrontados com a história. Além das disciplinas e práticas de normalização, existem outras relações, que desempenham um papel importante na constituição dos sujeitos.

A constituição dos sujeitos na história ocorre por meio de uma interação complexa entre a elaboração de saberes, práticas do poder e relações éticas. Essas

práticas são inter-relacionadas, não se sabe onde começa e onde termina cada uma delas. Portanto, o problema do sujeito é também político e se relaciona com problemas do poder e da liberdade. Partindo dessa perspectiva, é possível unir as diferentes dimensões da existência do sujeito. Contudo, ao contrário do que se imagina, essa perspectiva nos faz assumir que o que somos baseia-se nas verdades que acreditamos e conhecemos, das práticas políticas que realizamos e das relações com os outros.

Os vários tipos de relações que acontecem entre os sujeitos também fazem parte da filosofia de Foucault. Na fase arqueológica da sua obra, o autor preocupava-se apenas na formação dos saberes a partir de suas interações internas discursivas, evidenciando como os saberes apareciam e se transformavam nas estruturas conceituais subentendidas à realidade. Ao tratar da genealogia, o filósofo busca responder o porquê do surgimento de saberes sob um pano de fundo que respeita dinâmicas internas ao próprio saber, mas além dessas, relaciona-se com dinâmicas que ultrapassam os conflitos internos ao saber. Sobre a ética, Foucault desenvolve posteriormente uma reflexão, como consequência dos diagnósticos alcançados em suas análises de problemas específicos concernentes ao poder.

## **2.2 O poder disciplinar como autocontrole do sujeito**

Em 1970, Foucault explicita sua preocupação com a política, tematizando em sua filosofia as práticas e relações de poder, buscando de alguma forma definir esse fenômeno. O eixo articulador de sua investigação filosófica é a questão da produção da verdade, do saber e do exercício do poder. Ele apresenta uma leitura do que seria a principal forma de exercício do poder na modernidade, denominada como poder disciplinar.

O filósofo observa uma transformação de um poder que era exercido através da soberania, para um poder mais sutil, que em vez de usar a coerção externa e manifestação espetacular, produziria efeitos locais, uma normalização e padronização; em outras palavras, algo como um autocontrole. Para o filósofo francês, este poder só passa a ser exercido por meio da constituição e do domínio sobre o eu, o que acontece por meio da internalização de valores e comportamentos sistematizados pelos indivíduos através da disciplina.

Durante esse período da sua obra, Foucault investigou fenômenos como a penalidade e a construção dos saberes em torno da penalidade, a relação entre o doente e o saudável, o degenerado e o perfeito, o indivíduo racional e o desarrazoado, a constituição das normas e a normalidade, o estabelecimento de relações de poder e as relações de domínio a partir de saberes instituídos sobre os indivíduos que descumprem as normas construídas e estabelecidas. Esses fenômenos aos quais se refere o autor, relacionam-se de alguma maneira com as disciplinas, com as normas e com a produção do indivíduo para a modernidade.

“Vigiar e punir” é um dos livros mais conhecidos de Foucault, que surgiu no momento da reformulação de suas pesquisas. Além disso, a escrita desse texto coincide com uma tentativa de redefinir a função do teórico-prático no intelectual na contemporaneidade. Na obra, Foucault apresenta as reformulações das práticas penais ao longo dos últimos séculos e mostra como se desenvolveu a mudança da percepção e da concepção em relação ao que deveria consistir as práticas punitivas em suas ligações com o direito, mecanismo de exercício de poder que garantia a dominação sobre os corpos dos indivíduos. Para o filósofo, não basta ver na transformação de penalidades uma suavização das penas decorrentes de uma sensibilidade humana, mas é preciso identificar novos efeitos do poder produzidos por essas novas práticas que constituem um novo modo de controle seguro com os objetivos impostos para dar conta de seu funcionamento real.

A questão levantada pelo autor não é a de negar as conquistas que foram alcançadas pela sociedade moderna em termos de estabelecimentos de direitos ou um juízo de valor acerca do exercício de vigiar na modernidade, mas o que o provoca é a reconstrução da história de um processo determinado, com consequências já estabelecidas. Ele não procura uma justificativa para a prática de punir, para avaliar a justeza ou não das práticas existentes. A partir de estudos históricos do desenvolvimento das práticas penais, Foucault demonstra a dualidade de como os sujeitos de direito foram transformados em sujeitos jurídicos e, por outro lado, como esses sujeitos foram produzidos pelo poder disciplinar.

Trata-se de relatar uma história sobre a necessidade de um novo poder baseado em práticas disciplinares, atendendo às demandas postas pelo novo momento de desenvolvimento da sociedade capitalista, que resulta em um novo tipo

de subjetividade dita moderna. O cidadão, aquele possuidor de direitos, deve ser também o cidadão disciplinado.

Quando se impõe as práticas disciplinares como legais, faz-se necessário reconhecer essas práticas como legítimas, seja de forma tácita ou explicitamente, além de confiar e de aceitá-las. O trabalho que Foucault faz é justamente o de analisar a tentativa de humanização das penas e o funcionamento real dessas práticas dentro da sociedade. As práticas punitivas utilizadas pelo Estado e estabelecidas como legítimas estão inseridas num conjunto de estratégias mais amplas no estabelecimento da classe burguesa, ou seja, da classe que domina.

Foucault afirmava que a humanidade não progride paulatinamente de combate em combate, ela situa cada uma de suas violências em um sistema de normas e vai assim dominando a todos. Isso não significa que não tenham ocorrido melhoras efetivas, mas apenas destaca a precariedade, a imperfeição e a contingência das formas como nossa sociedade está organizada. O autor tenta mostrar que para além do direito que chega à totalidade das ações e expressões humanas cercadas em seu interior, esse mesmo direito formal e particular cumpre funções bem exatas, não esgotando a totalidade do mundo e unindo-se com o estabelecimento de novas práticas essenciais ao seu funcionamento, como é o caso das disciplinas.

Nesse sentido, Foucault rebate a crítica à imprecisão temporal, mostrando que sua intenção em momento algum foi abordar a totalidade de uma época, mas de apreender a evolução de um problema colocado no interior de uma sociedade. Tendo em vista a relação entre o conjunto de significados, costumes, gestos que dão conteúdo e forma a uma época, esse autor procura mostrar como, a partir das práticas penais e com o estabelecimento de um dispositivo de poder do tipo disciplinar, foram obtidos certos tipos de sujeitos e objetos, de indivíduos assujeitados e objetivados, tendo como resultado a produção de uma “alma” e, por conseguinte, a obtenção de uma dominação de um novo tipo de sujeito.

A partir do século XVIII, Foucault demonstra como foi pensado o progresso da humanização das penas, acompanhado de uma concepção nova do Estado e suas funções em relação às punições impostas pelo poder soberano. Esse poder passa a produzir sujeitos com os quais interage e sobre os quais atua, colocando-o como parte de um corpo social. Assim, com a mudança nas formas de punir, em que não mais

importava a intensidade de punir, a aceitação pelos sujeitos passa a assegurar sua eficácia.

A punição, durante a Idade Média, era baseada nos suplícios físicos, que correspondiam a uma vingança do soberano. O sujeito infrator causava dano à vítima, bem como ao soberano<sup>2</sup>. Isso porque o castigo visava não só atingir o corpo do infrator, mas também produzir um efeito equiparado ao dano causado por ele. Com o período das reformas penais, no século XVIII, há o desaparecimento do suplício físico do corpo como alvo imediato da repressão penal; a punição passa a ser vista como um mal necessário. Entretanto, com o fim dos suplícios na nova racionalidade penal, o corpo deixa de ser diretamente atingido e passa a ser atingido de outra maneira, uma forma mais sutil. A dor do sofrimento físico do corpo não é mais elemento constituinte da pena, e o castigo passa a ser a suspensão de direitos.

Segundo Foucault, a reforma das práticas punitivas tinha como objetivo principal uma reorganização, uma nova economia política do poder de punir, assegurando uma melhor distribuição desse poder ao longo do corpo social, segundo modalidades que o tornassem mais eficiente e menos dispendioso, aumentando seus efeitos e diminuindo seus custos econômicos e políticos (FOUCAULT, 1987). O filósofo aponta, como objetivo principal da reforma penal no século XVIII, transformar a punição e a repressão dos ilegalismos, pautados pela nova concepção jurídica, uma função regular, permanente: “não punir menos, mas punir melhor; punir com uma severidade atenuada talvez, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir o poder de punir mais profundamente no corpo social (FOUCAULT, 1987, p. 84).

Nesse sentido, conclui Foucault que a reforma penal redefiniu novas técnicas para ajustar as punições e adaptar os efeitos, estabelecendo novos princípios para regularizar, refinar, universalizar a arte de castigar, diminuindo o custo econômico e político, e com isso aumentando sua eficácia e multiplicando seus circuitos.

---

<sup>2</sup> O suplício não tinha a função de estabelecer a justiça, mas de ativar o poder, ele tinha a função jurídico-política, onde o soberano todo poderoso fazia valer sua força. Já que o crime era entendido como uma ofensa direta ao soberano e a lei valia como a vontade daquele (FOUCAULT, 1987, p. 51-54).



### 2.3 A disciplina no controle do tempo e do espaço do indivíduo

A palavra **disciplina** deriva do latim (*disciplina, -ae*), que significa apreender (ERNOUT; MEILLET, 1951). Esse termo dominava a pedagogia da Idade Média, e a partir dos séculos XVI e XVII foi sendo substituído por outros termos, tais como ensino, instrução e educação. Tal diversidade de termos expressa uma complexidade que, por estes séculos, foi adquirindo reflexões e práticas educativas e pedagógicas. Para Santo Agostinho, o termo disciplina referia-se ao ensino que transmite ciência, não é só instrução, mas educação, vai além da figuração intelectual, mas também do aspecto moral. Como afirma Marrou (1934, p. 10):

A disciplina não tem sempre caráter unicamente intelectual, ela chega a ter um sentido muito mais rico. Disciplina significa, por sua vez, não somente ensino, mas educação, traduzindo toda a riqueza do grego *Paidéia*, que implica não somente o elemento intelectual da educação, mas também seu aspecto moral.

O vocábulo disciplina oferece uma riqueza de sentidos que vai da forma utilizada para designar a ordem, a hierarquia que a Igreja sobrepunha aos membros do clero até a autoridade que é exercida dos superiores sobre seus subordinados. No século VI, São Benito desenvolveu a organização sistemática da vida monástica: o uso da palavra disciplina exprimia a boa ordem e a autoridade que reinava no interior da comunidade. Para São Benito, a disciplina tomava um sentido bastante formal: conduta a ter, método, maneira de agir (MARROU, 1934).

A palavra disciplina também faz referência a castigo, punição, correção, pena infligida por uma falta. Segundo Marrou, a palavra disciplina pode ter sido introduzida na língua latina por tradutores da Bíblia, baseado no sentido correlato a *Paidéia* na tradução grega do Antigo Testamento. Contudo, o significado de castigo é diferente quando usado na *Paidéia*, isso por conta da severidade da pedagogia de antigamente, o fato de que para os romanos ou gregos a disciplina estava vinculada à austeridade e ao rigor na educação moral e intelectual, o sentido de disciplina se entendia como castigo ou punição (MARROU, 1934).

A partir do século VXIII a escolarização em massa da população recebeu seu impulso originário sob o movimento repentino do puritanismo e da afirmação superior da fé sobre a razão. Contudo, somente teve início nos séculos XVI e XVII (HUNTER, 1998). Segundo o autor, o nascimento desse movimento esteve ligado à propagação do que Foucault chamou de “disciplinas”:

O surgimento de uma educação popular nos Estados como Prússia e Áustria não coincidiu nem com o capitalismo nem com a industrialização e, de fato, com nenhum outro agente historicista que tratara de converter a educação num dos polos de sua grande dialética. E ainda que o surgimento dos sistemas escolares cristãos pudesse ter coincidido aproximadamente com o aparecimento de Estado administrativo, tais sistemas foram o produto de uma história autônoma, ao menos pelo que se refere a sua inspiração inicial e a sua organização. Foram a expressão e o instrumento de um esforço especificamente religioso por cristianizar os camponeses europeus. Formaram parte de um movimento muito mais amplo através do qual as igrejas reformadas trataram de transferir a disciplina espiritual à vida cotidiana, utilizando os mecanismos administrativos da paróquia para organizar as escolas dominicais, primeiro, e as escolas diurnas paroquiais depois. (HUNTER, 1998, p. 82).

No curso “O poder psiquiátrico” (1973-1974), Foucault destaca o fundamento religioso do poder disciplinar e sua expansão além dos mosteiros. O autor leva em conta que o processo disciplinar da população implicou numa transformação dos hábitos e costumes, uma excessiva e intensa moralização da população. Tal processo pode ser considerado como um desenvolvimento da pedagogização social dos sujeitos. Assim, a disciplina na *Paidéia cristã*, onde se originou, nada mais era do que uma técnica que educava e requeria ações mais severas.

Na passagem do limiar tecnológico do poder disciplinar<sup>3</sup> é possível perceber a articulação de dois processos: a expansão do poder pastoral cristão entre os séculos XIV e XVII, e o surgimento da “razão de Estado”<sup>4</sup>, no século XVII. Um processo de natureza religiosa e outro que envolvia política. Através das técnicas disciplinares, exclusivas dos mosteiros durante a Idade Média, o poder pastoral expandiu-se entre a população sob a forma geral de doutrinação, de escolarização e de moralidade. No século XVII e graças a técnicas disciplinares constitutivas da polícia, o poder político<sup>5</sup> deu forma à *res pública*.

<sup>3</sup> No curso “Em defesa da sociedade”, Foucault afirma que “[...] nos séculos XVII e XVIII ocorreu um fenômeno importante: o aparecimento – deveríamos dizer a invenção – de uma nova mecânica do poder, que tem procedimentos bem particulares, instrumentos totalmente novos, uma aparelhagem muito diferente e que, é incompatível com as relações de soberania. Essa nova mecânica de poder incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mãos do que sobre a terra e sobre seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita (FOUCAULT, 2002, p. 42).

<sup>4</sup> “Em resumo: a razão de Estado não é uma arte de governar segundo as leis divinas, naturais ou humanas. Não necessita a ordem geral do mundo. Trata-se de um governo cuja meta consiste em aumentar esta potência num marco extensivo e competitivo.” (FOUCAULT, 1990, p.127).

<sup>5</sup> “Por política, os autores dos séculos XVI e XVII entendem não uma instituição ou um mecanismo funcionando no seio do Estado, mas uma técnica de governo própria dos Estados; Domínios, técnicas, objetivos que requerem a intervenção do Estado.” (FOUCAULT, 1990, p.127).

A forma que a disciplina tomou no deslocamento da Idade Média até a Modernidade se moldava na mudança de ênfase de um regime religioso, direcionada a corrigir moralmente os homens, para um regime político destinado a dirigir multidões. Assim, como forma de governo, a disciplina produziu um conjunto de práticas que se ajustaram aos dispositivos de poder predominantes em cada época e apoderou-se delas.

Em “Vigiar e Punir” (1987 [1975]) Foucault analisa a utopia do poder judiciário. O direito de punir é entendido como uma privação de direitos que substituiu o suplício físico do corpo, sem provocar sofrimento. Utopia que acabou por exterminar a guilhotina, máquina que tirava rapidamente a vida sem dor, e assim cerceava o indivíduo de todos os seus direitos, inclusive o de viver (FOUCAULT, 1987). Segundo esse autor, apesar dessa utopia de punir com privação de direitos, sem torturas físicas e psicológicas, os suplícios ainda permanecem presentes nos mecanismos de punição modernos, posto que a penalidade moderna incide ainda sobre o corpo dos indivíduos. Vale ressaltar que por trás dessa nova forma sensível de punir buscava-se acabar com os suplícios físicos em prol de uma penalidade mais humana e justa, estava em jogo a manutenção da legitimidade do poder soberano, já que os suplícios físicos, assim como os espetáculos em público, acabavam por despertar na população o sentimento de solidariedade e, com isso, a possibilidade de enfraquecer o poder do soberano.

E eis que da cerimônia dos suplícios, dessa festa incerta onde a violência era instantaneamente reversível, era essa solidariedade muito mais que o poder soberano que arriscava sair reforçada. E os reformadores dos séculos XVIII e XIX não esquecerão que as execuções, no fim das contas, não amedrontavam o povo, simplesmente. Um de seus primeiros gritos foi para reivindicar sua supressão. (FOUCAULT, 1987, p. 67).

O papel desempenhado pela disciplina foi importante para a criação do sistema capitalista. Paralelamente ao aumento da capacidade dos indivíduos de produzir, constrói-se um sujeito para uma sociedade contemporânea facilmente adaptado às novas condições sociais e políticas. Com a mudança nos objetivos e a ineficiência das práticas antigas de punição criam-se novas modalidades punitivas. Dissemina-se, pela sociedade, o modelo do encarceramento, visando agora não mais ao corpo dos indivíduos, mas à sua “alma”:

Se não é mais ao corpo que se endereça a penalidade sob suas formas as mais severas, sobre que ela estabelece suas tomadas? A resposta dos

teóricos – daqueles que abrem por volta de 1760 um período que ainda não se encerrou – é simples, quase evidente. Ela parece inscrita na questão mesma. Já que não é o corpo, é a alma. À expiação que alcança seu clímax sobre o corpo de deve suceder um castigo que agisse em profundidade sobre a coração, o pensamento, a vontade, as disposições. (FOUCAULT, 1987, p. 22).

O objetivo das novas modalidades punitivas é a criação de um tipo específico de sujeito. Surge a necessidade da mudança na característica do crime e do seu julgamento. Na Idade Média e até o surgimento da modernidade, procurava-se relacionar o fato, o autor e a lei para então estabelecer a pena. Já na Europa moderna é estabelecido um novo regime de penas, que não julga mais os crimes cometidos com base em critérios previamente estabelecidos, mas que passa a julgar a alma do indivíduo.

Nesse novo contexto, a disciplina produz a alma dos indivíduos e passam a ser considerados como objetivação, estigmas ou virtualidades. Um novo indivíduo para uma nova penalidade, estabelecendo assim os procedimentos que darão origem ao surgimento das ciências humanas. Com as práticas de poder vinculadas às ciências humanas, passa-se a construir um novo saber sobre o homem que, por sua vez, deixar-se-á dominar pelas novas formas de controle (MACHADO, 2006).

No sistema penal, transmite-se um discurso científico sobre o crime, justificando a atuação dos mecanismos de punição não apenas sobre as infrações cometidas, mas também sobre os indivíduos e suas virtualidades, passa-se a julgar além do crime (FOUCAULT, 1987, p. 23-24). O indivíduo moderno tornar-se uma unidade psicologicamente semelhante a si mesmo ao longo do tempo. A produção da alma do sujeito moderno se dá com efeitos no poder e em referência a um saber, e a disciplina busca alcançar a alma do indivíduo através do corpo. Na verdade, mais do que alcançar a alma do indivíduo, a disciplina busca produzir a alma do indivíduo através de procedimentos específicos. O infrator é enquadrado, sua natureza, seu passado, seu modo de pensar e de viver, a intenção de sua vontade passa a ser modulada (FOUCAULT, 1987, p. 102).

A disciplina opera na individualização do sujeito. Esses são produzidos pelos procedimentos disciplinares que relacionam a constituição do indivíduo como objeto de intervenção e de saber. Para Foucault, a intervenção e o saber se afetam a partir do momento em que o criminoso é julgado como fora do pacto social e, assim, ele será considerado como anormal, portanto, passível de ser corrigido e reintegrado na

sociedade. A necessidade de se mensurar a infração faz com que o poder punitivo crie a organização do campo de prevenção e de controle.

As formas de relação de poder que se pretende estabelecer com as novas práticas de punições passam “a se dobrar em uma relação de objeto na qual se encontram tomados não somente o crime como fato a estabelecer segundo normas comuns, mas o criminoso como indivíduo a conhecer segundo critérios específicos” (FOUCAULT, 1987, p. 104).

Para identificar os mecanismos de poder pelos quais a alma é produzida, Foucault faz uma história política do corpo. O autor trabalha a atuação do poder nos diferentes mecanismos de poder sobre o corpo do indivíduo com finalidades políticas e econômicas. Rusche e Kirchheimer (2004, p. 2004) chegaram à conclusão que: “a reforma penal encontrou um terreno fértil somente em função da coincidência de seus princípios humanitários com a necessidade econômica”.

A tecnologia política do corpo, baseada em técnicas e saberes de domínio, produz o assujeitamento, um tipo específico de sujeito (FOUCAULT, 1987, p. 30-31). A sociedade moderna baseia-se no poder disciplinar para produzir os sujeitos economicamente e politicamente dóceis e úteis. Docilidade e utilidade são características dos sujeitos trabalhadores de uma fábrica, sujeitos que potencializam sua produtividade com uma melhor exatidão dos gestos. O sujeito aprende a internalizar as disciplinas em todas as áreas da sua vida; mais do que ser um excelente trabalhador, ele acredita que seu trabalho é importante.

Segundo Foucault, as disciplinas possuem diversas características e atuam por meio de dois procedimentos: o controle do espaço e o do tempo. O controle de espaço é o isolamento, que se baseia especificamente em um lugar fechado, cada indivíduo possui um lugar identificado e específico. Existe um esquadramento, de maneira que cada indivíduo é colocado em um lugar, evitando as distribuições em grupos, ou seja, “o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto forem os corpos ou elementos a repartir” (FOUCAULT, 1987, p. 144).

Um ponto a ser destacado é a localização funcional, que identifica o espaço no qual um lugar determinado possibilita uma vigilância do movimento do indivíduo e, assim, cria um espaço útil. A localização funcional permite a classificação do indivíduo. Com isso, a disciplina trabalha com a individualização, isto é, ela “individualiza os corpos por uma localização que os distribui e os faz circular em uma rede de relações”

(FOUCAULT, 1987, p. 147). Em se tratando do tempo, na sociedade moderna há um controle rigoroso no tempo dos indivíduos. O tempo das pessoas é estabelecido em espaços disciplinares, de forma que não haja tempo para a ociosidade; o tempo deve ser sempre útil. Todas as ações são elaboradas, distribuídas e baseadas no tempo, fazendo com que cada ação tenha uma ordem temporal precisa, cada movimento é calculado em sua duração, sentido e amplitude, de maneira a seguir uma sequência preexistente.

Ao se firmar uma relação entre o corpo e o gesto, impõe-se uma relação útil e eficiente entre um gesto e a atitude do corpo, assim o “bom emprego do corpo permite um bom emprego do tempo, nada deve permanecer ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requisitado. Um corpo bem disciplinado forma o contexto operatório do menor gesto” (FOUCAULT, 1987, p. 154). É produzida uma interação entre o corpo e o objeto, na qual os objetos, associados aos indivíduos, articulam-se de maneira natural ao corpo. Essa interação é mais nítida se pensarmos na evolução das disciplinas militares, nos métodos dos exercícios para o uso de armas ou na relação dos operários com máquinas dentro de um contexto especializado em divisão do trabalho, em que todos esses elementos devem ser usados de forma eficiente e no tempo previsto. Neste sentido, há uma utilização esgotante do tempo do indivíduo; qualquer tempo sem proveito, com atividades econômicas inúteis ou com a inatividade, é considerado perdido. A disciplina, através do tempo, organiza ações disciplinares voltadas para uma economia rentável (FOUCAULT, 1987, p. 154-155).

Na sociedade moderna, a prisão serve como mecanismo disciplinar, ajusta-se como modelo punitivo para corrigir os indivíduos, mais do que isso, apresenta-se como uma espécie de modelo a ser aplicado de forma universal. Como observa Billouet (2000, p. 133), a prisão como medida passível de generalidade servia para tornar os indivíduos dóceis e úteis, já que estavam presentes os mesmos fundamentos das prisões em outras instituições, como as fábricas, as escolas, os hospitais. Foucault destaca um novo mecanismo de poder e o seu estabelecimento relacionado às novas formas de saber.

Sobre as prisões, a “função mais ampla do encarceramento não é reprimir as atividades criminosas, mas produzir uma população disciplinada” (INGRAN, 2010, p. 136). A prisão assume a função de um aparelho de saber, pois procura estabelecer a sistematização de um saber individualizado, que possui como referência não o crime

cometido, mas a virtualidade do malefício que contém um indivíduo e que se externa na conduta cotidiana observada em sociedade.

Foucault faz um contraponto entre os inúmeros modelos punitivos baseados no modelo prisional e a relação com os métodos apontados pelos reformadores, e encontra pontos de aproximação entre esses modelos. Todos eles buscam uma conversão do indivíduo, ou seja, o castigo trará sempre em si alguma técnica de correção e transformação. Para tanto, deve haver uma retomada temporal da punição: “não se pune então para apagar um crime, mas para transformar um culpado, o castigo deve trazer consigo certa técnica corretiva” (FOUCAULT, 1987, p. 130).

A correção dos indivíduos deve “assegurar o processo de requalificação como sujeitos de direitos, pelo reforço dos sistemas de signos e das representações que eles fazem circular” (FOUCAULT, 1987, p. 131). O corpo e a alma, como princípios de comportamentos, formam o componente que é o proposto à intervenção punitiva, de modo que a disciplina incida sobre o tempo, sobre os gestos, hábitos e atividades cotidianas: “o corpo e a alma como princípios de comportamentos, formam o elemento que é agora proposto à intervenção punitiva” (FOUCAULT, 1987, p. 131).

Neste sentido, pretende-se produzir um tipo de sujeito obediente, inserido num pacto social, sendo esse o pressuposto necessário para o modelo de sociedade apurado na obediência às leis e organizada conseqüentemente por um aparato jurídico. Forma-se um indivíduo assujeitado às ordens e submisso às autoridades, cujo domínio deve assentir de bom grado.

Em resumo, o poder disciplinar forma um sujeito obediente, dobrado a uma forma, por sua vez, geral e meticulosa, de um poder qualquer (FOUCAULT, 1987, p. 132). As disciplinas, portanto, com todas as suas modalidades, técnicas e formas de funcionamento, difundem-se pelo corpo social, estabelecendo-se como uma base onde o poder, na modernidade, será exercício.

### 3 DISPOSITIVOS DE CONTROLE E PODER NO CAMPO EDUCACIONAL

Uma compreensão do poder requer, entre outras, reflexões acerca da política e da sociedade. Para Foucault, o poder se faz presente nas mais diversas relações sociais e, portanto, tais relações podem ser compreendidas como relações de poder, propriamente ditas. O conceito de poder não possui um modo ou instância prioritária para sua manifestação, pelo contrário, segundo Foucault, o governo dos corpos dos indivíduos obedece a estratégias complexas; e na relação do poder com a educação, ocorre a articulação entre o saber e o sujeito em suas formas históricas.

O poder não se localiza em um lugar específico como o Estado, pois existem outras relações de poder que estão fora do aparelho estatal, que não podem ser somente conceituadas e interligadas ao Estado. Isso seria uma visão bastante simplista, apesar de tradicional. Analisar o campo institucional estatal como o ponto exclusivo de referência do poder não corresponde à sua amplitude, e conceber as relações de poder dessa forma esconde o seu caráter amplo. A sociedade como um todo é fator de poder, que busca a todo tempo a disciplina. Além do mais, se o poder não se resume tão somente ao poder do Estado, todos que se integram a lutar pela democratização da sociedade e contra as relações autoritárias de poder, expressam-se tanto em nível de Estado como no cotidiano da vida social e afetiva.

Segundo Michel Foucault, as relações de poder se manifestam de formas múltiplas, não possuindo localização e nem sujeitos específicos. Para o autor, em qualquer sociedade existem “relações de poder que caracterizam, atravessam e constituem o corpo social e essas relações não podem se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT, 2003, p. 179).

As expressões “buscar o poder” e “ter o poder” transformam o poder em coisa que pode ser dada ou retirada, que pode ser perdida ou conquistada. Em toda sociedade, o poder é composto por relações dispersas, nas quais todos são sujeitos e objetos do poder. Para Foucault, o poder não se pode dar, ele não se troca e nem se retoma. Ele é exercido, só existe em ação, isso porque o poder não é reprodução e manutenção das relações, mas sim uma relação de força. O autor apresenta as relações de poder como constitutivas da vida social, concebendo os indivíduos que sofrem os efeitos do poder:



O poder nunca está localizado, ele deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só deve funcionar em forma de cadeia. Não deve ser entregue nas mãos de alguns, ou que seja visto como propriedade, riqueza ou bem de alguns. Ele funciona e se exerce em rede e os indivíduos só circulam. Estão sempre em posição de exercer este poder, são sempre centros de sua transmissão (FOUCAULT, 2003, p. 183).

Para Foucault, o poder penetra na vida cotidiana das pessoas, mas não se fixa nas relações estatais. Essa característica denomina-se **micropoderes**. O autor analisa que esses micropoderes possuem uma história específica e se relacionam com o poder presente no aparelho estatal.

Voltando-se para a instituição escolar é fácil visualizar o poder que nela está presente. Esse poder, que vem acompanhado de mecanismos que efetivam a disciplinarização dos indivíduos que a compõem, permite o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade. As disciplinas aumentam as forças do corpo e, ao mesmo tempo, em termos políticos de obediência política, diminuem essas forças.

Ao analisar a escola como um lugar onde o poder disciplinar produz saber, Foucault (2003, p. 182) oferece referências que permitem “[...] captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações. Captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais [...]”. O poder disciplinar, além de se manter na escola, é aceito e praticado por todos os membros da instituição escolar numa relação de hierarquia. No ambiente escolar os alunos sofrem uma pressão constante para que respeitem as regras e normas. Isso faz parte de um sistema punitivo com função normalizadora. O princípio da coerção se estabelece como se normal fosse, e com ele o poder de regulamentação.

### **3.1 A escola como espaço de controle e tempo da violência**

A escola configura-se como uma instituição social responsável por utilizar mecanismos do poder disciplinar. Sua estrutura atua por intermédio de estratégias que aumentam a capacidade produtiva dos corpos. Para Foucault, o poder disciplinar no processo educacional “fabrica” estudantes dóceis, que não são capazes de refletir sobre suas posições na sociedade.

Comenius (1991) acredita na tradição da Paidéia cristã, e para ele a disciplina ocupa um lugar central, que no ensino tudo deve ser prazeroso, mas para isso, é

preciso que o aluno volte submisso e obediente, pois só assim ele irá aprender. Conforme afirma Comenius:

[...] agem como inexperientes aqueles que, encarregando-se da formação de crianças já crescidas e de adolescentes, não começa pela educação moral, para que, domando-lhes as paixões, os tornem aptos para as restantes coisas. É bem sabido que os domadores primeiro domam o cavalo com o freio e tornam-se obediente e só depois lhe ensinam a tomar esta ou aquela posição. Sêneca disse com razão: “Primeiro aprende a moral e depois a ciência, pois esta aprende-se mal sem aquela”. E Cícero escreveu: “A filosofia moral prepara os espíritos para receber a boa semente”. (COMENIUS, 1991 [1631] p. 80).

A docilidade implica, então, submissão e obediência, que devem ser adquiridas como parte do processo de disciplinamento, cujo objeto final seria o domínio de si mesmo:

Mas como as crianças não possuem um juízo sólido e racional, será de grande ajuda ensinar-lhes a fortaleza e o domínio de si, habituando-se a fazer mais a vontade dos outros que a sua, ou seja, a obedecer imediatamente aos superiores em todas as coisas (COMENIUS, 1991 [1631], p. 265).

Se disciplina é autocontrole, ela só pode ser alcançada através de um processo educativo, que, por sua vez, tem base na obediência e submissão, que não derivam do simples efeito da coerção ou repressão dos adultos, mas sim da condição para que a criança aprenda o domínio de si. No momento de obedecer ao adulto, a criança não só está submetendo-se, mas adquirindo a fortaleza para governar-se, como afirma Comenius: “Para adquirir fortaleza, é preciso vencer-se a si mesmo” (COMENIUS, 1991 [1631], p. 265).

Foucault estabelece essa relação entre disciplina, docilidade, utilidade e obediência em várias partes do seu livro “Vigiar e Punir”:

A esses métodos que permitem o controle minuciosos das operações do corpo, que garantem a sujeição constante das suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, é o que se pode chamar de “disciplinas”. O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que não tende unicamente ao aumento das suas habilidades, nem tampouco a fazer mais pesada a sua sujeição, mas à firmação de um vínculo que, no mesmo mecanismo, o faz tanto mais obediente quanto mais útil. A disciplina aumenta as forças do corpo, em termos econômicos de utilidade e diminui essas mesmas forças em termos políticos de obediência (FOUCAULT, 1987, p. 141-142).

O processo civilizatório significou um progresso na organização mental do indivíduo, que levou a mudar suas formas de comportar-se. A escola foi um lugar exato

para a construção do sujeito moderno, um espaço de confinamento, instrução, esclarecimento e civilização para as crianças, que se utilizava de um programa complexo de normas e distribuição e controle de atividades em diferentes momentos e espaços. Os horários e calendários de atividades não foram apenas formas de distribuir o tempo, mas sistemas complexos capazes de modificar, alterar ciclos, criando dinâmicas onde as crianças aprendiam na sua experiência escolar.

A burguesia do século XVIII sofreu várias mudanças econômicas. Com isso, precisava de homens, ou melhor, de mão de obra que fosse capaz de suportar uma nova ordem político-econômica. Para que pudessem obter êxito em tal propósito, investiram nas “forças produtoras do corpo” e em seu crescimento (SIEBERT, 1995, p. 25). Assim, para conseguir o que se desejava de um indivíduo, era preciso utilizar-se da disciplina e da coerção constante. Nesse sentido é que Foucault percebe os efeitos do poder que passaram a atingir cada pessoa, transformando seu corpo e seu comportamento no dia a dia. A disciplina realiza uma organização de forças para obter um sistema com o máximo de eficiência, e com isso consegue extrair toda a capacidade do indivíduo. A obrigação sobre cada um reflete sobre todos, e a não obediência da totalidade do cumprimento de uma ordem compromete todo o sistema. Por isso, a importância de se utilizar a escola como instituição que educa.

A escola distribui as atividades em seu espaço, de forma a constituir aparelhos para expandir e capitalizar o tempo e completar suas funções com o desenvolvimento de um processo articulado dos menores segmentos, a fim de alcançar um máximo de rendimento. Os regulamentos escolares mostram como o corpo dos estudantes é controlado dentro do ambiente escolar, as salas de aulas fazem parte da inserção de uma forma de poder que, enquanto individualiza, normaliza o comportamento, a postura, os movimentos e o modo de pensar através da ação sobre as suas potencialidades e faculdades. As carteiras escolares controlam o espaço das crianças dentro da sala de aula, assim como os seus movimentos, sua postura correta, seu deslocamento, a distância entre os indivíduos, o lugar a ser ocupado do interior do grupo, como se vestir e até sua higiene pessoal.

O controle do espaço e do tempo, dos movimentos, dos gestos, das posturas corporais, das palavras, das ocupações, do vestuário, do asseio pessoal, bem como do ritmo do ensino e do aprendizado vai modelando um aparato psíquico que contribui de maneira precisa para a conformação da alma moderna a que se refere Foucault.

Estes mecanismos disciplinadores presentes no ambiente escolar possuem o objetivo de auxiliar na formação futura de um cidadão passivo e disciplinado, isso porque o poder que ali é exercido motiva, induz e desvia os comportamentos do indivíduo em disciplinamento. Para Foucault (1987, p. 170), o processo de dominação, o controle das atividades através do rigor do tempo e sua divisão não deixa espaço para a ociosidade ou inutilidade e a articulação entre corpo e objeto, e a forma como cada mínima ação deve ser realizada. A importância de se conhecer a respeito dos mecanismos do poder e do controle que fazem parte do ambiente escolar é que reforçam esse ambiente com a problemática da dominação da sujeição.

A vigilância constante forma a essência da prática de ensino, pois: “uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática de ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência” (FOUCAULT, 1987, p. 170). No que diz respeito à essência dos sistemas disciplinares, Foucault a descreve como um pequeno mecanismo penal, um modelo reduzido do tribunal. O castigo disciplinar tem a função de reduzir os erros, priorizando as punições: “Aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido” (1987, p. 173) e a mecânica do castigo. Os problemas disciplinares produzidos nas escolas atualmente são efeitos do encontro entre circunstâncias políticas e institucionais, condições de vida, anseios, precarização e novas tecnologias da informação, dentre outros pontos de tensão.

Foucault escreve que antigamente havia o sofrimento dos corpos condenados, que eram alvo de medidas de punição, e a própria sexualidade era cheia de limites entre o patológico e o normal. O autor afirma que no final do século XVIII e o início do XIX, as punições físicas foram sumindo, e após alguns anos, não existiu mais o corpo como objeto de práticas punitivas. Assim, as punições foram sendo vistas negativamente, deixando de existir os espetáculos públicos com corpos sendo amputados, esquartejados ou marcados por símbolos, exposto como exemplo para as demais pessoas. A violência do passado deixou consequências nos dias atuais. O domínio faz surgir direitos e obrigações, mas ao mesmo tempo, deixa marcas no corpo e nas coisas, consequências essas deixadas pelo poder disciplinar.

O poder disciplinar adentra os corpos pensantes para torná-los indivíduos limitados e obedientes. Através da disciplina, o poder torna o indivíduo instrumento e objeto do seu próprio exercício. Para Foucault (2009, p. 164), os três instrumentos

responsáveis para o desenvolvimento do poder disciplinar são: "o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame". O invisível poder disciplinar, mantendo o indivíduo disciplinado, vigia e exerce um controle sobre os corpos. A vigilância controla presos, alunos, operários e loucos. O exame leva a individualidade de cada corpo para uma documentação administrativa, com registros detalhados de todas as atitudes e comportamentos (FOUCAULT, 2009), que acabam por produzir um saber vigilante que faz com que o vigiado não veja o responsável por este poder que o controla, mas tem a sensação de estar a todo momento sendo observado.

A violência deixa de ser física, sem deixar marcas no corpo, e passa a ser uma violência psicológica; o indivíduo, por medo de ser punido, permanece sempre em autovigilância. Para Foucault, o olhar do poder exige um preço pequeno para ser levado em consideração, afinal, não se faz necessário violência física, basta que seja um olhar constante que, ao ser sentido pelo indivíduo, é por ele interiorizado.

### **3.2 Dispositivos de controle e poder no ambiente escolar**

O conceito de dispositivo de poder configura-se como uma ferramenta metodológica que articula, conforme Foucault, um conjunto de elementos heterogêneos entre si, pois podem envolver discursos, instituições, leis e enunciados científicos. Para Foucault (1979), os dispositivos respondem a uma urgência histórica, a uma vontade de verdade de uma época. Eles atuam na produção/fabricação de sujeitos historicamente modelados a cada época. Foucault se refere a um poder disciplinar que procura interligar as forças, multiplicá-las e utilizá-las para a consolidação de uma vigilância hierárquica, através de vários meios coercitivos de controle e punição.

Falar de dispositivos de controle e poder dentro da escola é se reportar a práticas punitivas escolares bastante severas e humilhantes, que fizeram parte da organização do sistema de ensino. Ao se reportar à história, rastreando os diferentes tipos de mecanismos disciplinadores que foram inseridos nela, iniciaremos recordando o instrumento de madeira que se tornou conhecido por palmatória. De fato, uma perfeita máquina de ensinar, pois ameaçava pela dor. No Brasil, a legalidade do uso da palmatória aconteceu por volta de 1846. A sua utilização foi proibida no fim

do século XIX, mas no início do século XX, continuou sendo utilizada por algumas escolas como uma forma natural de educar as crianças. Os castigos físicos representavam costumes obsoletos e reforçavam tradições que afastavam o país da sua missão. Entretanto, havia limite para o uso dos castigos físicos nas crianças, como por exemplo a palmatória, que “deveria ser usada apenas pelo mestre e servir para bater somente na palma da mão esquerda com dois ou três golpes no máximo” (VEIGA, 2003, p. 502).

A palmatória era um instrumento disciplinador rígido, utilizado como meio de impor o poder para aqueles que não estavam de acordo com as normas pregadas pelo regulamento da escola e vontade dos professores. Representava um símbolo de hierarquia que, além do sofrimento físico e moral, a punição com o uso de tal instrumento servia de exemplo aos outros, caso viessem a cometer tais erros. Vale ressaltar que a palmatória também tinha seu uso fora da escola. Ela era aceita pelos pais, que a utilizavam em casa.

Antigamente, a violência era vista como uma prática comum, e o uso da palmatória era legítimo, não apenas no ambiente escolar, mas também em todo o processo que envolvia relações humanas, entre elas a relação de senhor e escravo, marido e mulher ou pais e filhos. As práticas dos castigos escolares sempre dividiram opiniões. Ao mesmo tempo em que havia pais e educadores contrários aos castigos físicos, existiam aqueles que o defendiam como única maneira de controlar e educar o comportamento das crianças.

A disciplina na escola exige um espaço bem específico para o aluno, assim todos seus atos são vigiados; um lugar onde seu comportamento é visualizado e utilizado para sancionar ou medir suas qualidades. O ambiente escolar deve ser visto como algo funcional e útil, dividido em turmas. Segundo Foucault (1987), uma das bases da disciplina diz respeito à distribuição espacial, que muitas vezes exige o enclausuramento, os limites ou cercas, o local heterogêneo e fechado. No entanto, nos locais em que há a presença dos aparelhos disciplinadores, o espaço é trabalhado de maneira flexível, cada indivíduo no seu lugar, assim evitam-se as distribuições por grupos; "decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias" (FOUCAULT, 1987, p. 138).

Para Foucault, organizar os indivíduos em "quadros vivos" evita que a multidão seja confusa e desorganizada. Para ele, a separação dos sujeitos permite a distinção

de cada indivíduo, e a sua colocação da multiplicidade em ordem é condição essencial para o controle e o uso de elementos distintos (FOUCAULT, 1987). As escolas, seguindo o padrão dos conventos, tornaram-se locais protegidos e fechados em si mesmos. O internato mostrava-se como regime de educação mais próximo do ideal e, para proteger seu espaço físico, isolava-o do exterior, construindo muros altos, delimitando, assim, seu local para professores e estudantes. Divididas, as salas de aula formam quadriláteros, fundamentais para a escola, visto que identificam e situam cada indivíduo no espaço de clausura, não permitindo distribuições por grupos, pois “o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos que há a repartir” (FOUCAULT, 2009, p. 138).

Para Foucault (2009, p. 139), a localização funcional na escola tem por objetivo não apenas vigiar, mas firmar um espaço útil, com a finalidade de localizar cada indivíduo e assim controlá-lo minuciosamente, sendo proibidas circulações desordenadas, pois se faz necessário saber quem está presente e quem está ausente, de forma que seja possível encontrá-los e exercer um controle e domínio permanente. Nas oficinas, o espaço funcional serve para vigiar não só cada integrante, mas todo o grupo, verificando a rapidez e a qualidade do trabalho, evitando dessa forma as aglomerações.

Em sala, a fila tem o objetivo de manter a ordem no ambiente. A posição que o aluno ocupa irá determinar sua classificação, individualizando os corpos numa localização que os distribui, e, ao mesmo tempo, circulando numa rede de relações com os demais. Para Foucault, a ordenação por filas define como os alunos serão separados na escola, ela diferencia cada aluno segundo sua idade, sua altura, seu desempenho ou comportamento. Assim, os alunos são o tempo todo vigiados, controlados e enquadrados segundo uma classificação.

O autor afirma ainda que a modificação da escola para um espaço seriado superou o sistema tradicional, pois no momento que o professor trabalhava com o individual, os outros alunos ficavam ociosos e dispersos. Por isso, a distribuição dos alunos por lugares separados e individuais ajuda no controle de cada um, ao mesmo tempo em que todos trabalham. Dessa forma, a escola “fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, 2009, p. 142).

Foucault (2009) compara o adestramento dos estudantes na escola com o

treinamento dos soldados, pois em ambos é permitida apenas a troca de poucas palavras; o silêncio só é interrompido por sinais como gestos, sinos ou um olhar do professor. Assim, obedecer às ordens é regra fundamental para a escola controlar os estudantes, que têm como finalidade torná-los obedientes, dóceis, produtivos e aptos para o mercado de trabalho, já que possui elementos educacionais que propiciam tais comportamentos:

[...] por exemplo, a fila, a carteira, o treino para a escrita, os exercícios com dificuldades crescentes, a repetição, a presença num tempo e num espaço recortados, a punição pelo menor desvio de conduta, a vigilância por parte de um mestre ou monitor, as provas, os exames, os testes de aprendizagem e de recuperação, o treinamento dentro de padrões e normas fixos. E mais, os resultados dos esforços pedagógicos sendo permanentemente avaliados por critérios também eles padronizados, leva a uma simples análise de boletins, que sirva para medir os casos que desviam, portanto, serve para marcar, excluir, normalizar (ARAÚJO, 2002, p.79).

A disciplina objetiva tornar os estudantes obedientes, sem lhes dar um espaço de reflexão acerca de sua posição na sociedade. Não se permite a contestação, pois vive-se uma liberdade falsa, ou melhor, a liberdade é seguir a regra, já que estão inseridos em um sistema que busca cada vez mais alunos e, posteriormente, trabalhadores que se comportem para o mercado. Para Foucault (2009), sob o ritmo da ordem e obediência existe a ação e a reação. Outra forma de controle dentro da escola que merece ser discutida é a presença do inspetor de alunos, conhecido também como bedel ou agente escolar. Todo aquele que passou pela escola, seja ela pública ou privada, conheceu um inspetor de alunos.

No Brasil, além da palmatória como instrumento disciplinador, temos a figura do inspetor de alunos, que aparece desde o período da educação dos jesuítas. A Companhia de Jesus conseguiu uma espécie de domínio no campo educativo usando o método desenvolvido durante muitas décadas em diversos cenários, conhecido como *Ratio studiorum*<sup>6</sup>. Ainda que os jesuítas não tivessem sido grandes revolucionários da educação, é importante destacar suas contribuições na organização e aplicação massiva de um método de ensino bem-sucedido. Como afirma Gomes, o *Ratio*:

---

<sup>6</sup> Descrever em detalhes o conteúdo do *Ratio* vai além dos propósitos desta análise; porém, tem-se como referência geral na perspectiva de salientar o processo de sistematização dos estudos por parte da Companhia de Jesus. Sobre o *Ratio*, remeto-me aos trabalhos de Franca (1952), Gomes (1991, 1994) e Beltrán-Queira *et al.* (1986).



[...] só foi promulgado após mais de meio século de experiência (1548-1599) em dezenas e centenas de colégios disseminados por toda a Europa. O trabalho de sua redação prolongou-se por obra de 15 anos (1584-99) e obedeceu ao critério com que se preparavam os currículos modernos mais bem elaborados. Primeira redação aproveitando um imenso material pedagógico acumulado em dezenas de anos; críticas dos melhores pedagogos de todas as províncias europeias da Ordem; segunda redação; nova remessa às províncias para que a submetessem por um triênio à prova da vida real dos colégios; aproveitamento das últimas sugestões sugeridas à luz dos fatos; promulgação definitiva (GOMES, 1994, p. 41).

A base comum do ensino jesuítico entrou em vigor no nosso país em 1599, que apresentou a figura do inspetor de alunos na escola como aquele que tinha uma função relacionada ao controle dos alunos. Dentre suas atribuições, encontrava-se acompanhar e ajudar os professores, fiscalizar aulas, determinar os lugares dos alunos nas filas e na sala de aula, nomear censores que vigiassem os colegas, vigiar a entrada e a saída dos alunos, assim como das missas, além de cuidar da ordem no pátio.

Vê-se que o trabalho do inspetor de alunos é bem antigo, sua história acompanha a evolução da educação (ABREU, 2012). A presença do controle e da vigilância dos alunos, camuflado nas funções do inspetor de aluno, nos remete às palavras de Foucault (1987, p. 126) em sua obra “Vigiar e Punir”: “[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações”.

As ideias de Foucault aplicam-se até hoje em nossa sociedade, pois os corpos continuam presos no interior de muitos poderes, e a escola, como instituição de ensino, impõe muitas limitações aos estudantes. As escolas, sejam elas públicas ou privadas, adotam práticas que julgam preparar os estudantes para o exercício da cidadania, mas que na verdade, buscam controlar o modo de cada aluno se portar por meio de um sistema que registra todas as ações. E isso é claramente observado nas atribuições do inspetor de alunos.

Uma análise das atribuições destinadas ao inspetor leva-nos a perceber que os princípios dessa profissão são embasados na possibilidade de acalmar os estudantes para que evitem problemas e conflitos. Logo, fica evidente o que Foucault (1987) chama de “princípio da clausura”. Tal princípio exige a divisão do espaço, a localização dos alunos em seu devido lugar, dificultando desse modo a formação de grupos.

E preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de anti-

aglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos (FOUCAULT, 1987, p. 131).

Nas fábricas do século XVIII ou nas escolas do século XXI, é possível realizar o poder da vigilância “[...] ao mesmo tempo geral e individual; consta a presença, a aplicação do operário [estudante], a qualidade de seu trabalho; comparar os operários [estudantes] entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios da fabricação [educação]” (FOUCAULT, 1987, p. 133).

Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-lo e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade na distribuição dos “postos” (FOUCAULT, 1987, p. 132).

Na escola, o horário é fundamental para a organização do tempo, dos corpos e das forças. O corpo e o tempo são utilizados para uma aprendizagem com utilidade e funcional. O tempo é então administrado fazendo dele útil, por segmentação, seriação, síntese e totalização. É exigido o cumprimento de todo o horário de aula e, assim como os professores são cobrados a produzirem, esses, de forma hierárquica, obrigam os alunos a se adequarem a um sistema de atividades funcionais. Quando inserida na escola, a criança é levada a descobrir a realidade do isolamento e sua permanência no ambiente escolar passa a ser marcada por normas que regulam o processo de ensino e dentro dessa regulação está o tempo. De acordo com Foucault (1987, p. 141), o corpo, o qual se quer que seja dócil até em suas mínimas ações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprio a um organismo.

Foucault analisou em detalhes como as práticas disciplinares, a partir do século XVII, produziram uma experiência de espaço e tempo, as quais também foram relacionadas à criação de disciplinas e práticas científicas nas ciências humanas. O autor explicou como a organização no espaço e no tempo das escolas fragmentou a duração em segmentos iguais e sucessivos, culminando em séries cumulativas de estágios temporais, na direção de um ponto final estável. O ritmo da escola está diretamente relacionado com o controle que é estabelecido no tempo e no espaço. As atividades são executadas de forma contínua, em etapas bem definidas, e o horário totalmente cumprido e controlado pelo professor, existindo hora para tudo, seja na entrada, na saída ou para os intervalos entre uma aula e outra.

Essas práticas disciplinares permitem o surgimento de disciplinas específicas, que acabam por dividir o ensino em vários níveis, hierarquizando cada fase do desenvolvimento em pequenas fases que são cumulativas. Com o cumprimento do horário, “[...] procura-se garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo que possa perturbar, distrair; trata-se de construir um tempo integralmente útil” (FOUCAULT, 1987, p. 137).

No sistema hierárquico da escola, a diretora fiscaliza o professor para saber se está utilizando o trabalho no tempo previsto de maneira proveitosa; o professor fiscaliza o aluno, vigiando-o para que cumpra todas as tarefas. A vigilância efetiva-se na escola com a figura do diretor, do vice-diretor, da coordenação pedagógica, da orientação psicopedagógica, dos professores e, por fim, dos alunos. Essa hierarquia na escola é que fundamenta o controle: “[...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar; ou ainda adestrar para retirar e se apropriar mais e melhor” (FOUCAULT, 1987, p. 153).

O ensino e aprendizagem do tempo e do controle estão vinculados à construção das idades sociais, principalmente das crianças e dos adolescentes. As práticas dos estudantes se prendem à modernidade, que se expressa na justificação e legitimidade da vigilância e no controle do tempo e do ritmo. O currículo das disciplinas marca a distribuição do tempo das aulas, assim, o tempo escolar é, ao mesmo tempo, tempo disciplinar, que se estabelece por meio de um tempo evolutivo e que se realiza na forma da coerção e de continuidade.

[...] realiza, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação. Antes de tornar-se essa forma estritamente disciplinar, o exercício teve uma longa história: é encontrado nas práticas militares, religiosas, universitárias [...] sua organização linear, continuamente progressiva, seu desenrolar genético ao longo do tempo têm, pelo menos no exército e na escola, introdução tardia. E sem dúvida de origem religiosa. Em todo caso, a ideia de um “programa” escolar que acompanharia a criança até o termo de sua educação e que implicaria de ano em ano, de mês em mês, em exercícios de complexidade crescente (FOUCAULT, 1987, p. 137).

Neste sentido, a escola assume o papel de disciplinar o tempo e a conduta, uma rede completa que se traduz em uma organização de rotinas, e à qual todos aqueles que fazem a comunidade escolar devem se habituar.

Existem outros tipos de mecanismos indicadores do poder disciplinar na escola, dentre eles podemos destacar o exame, chamado de avaliação. É por meio da avaliação que se extrai do estudante determinados tipos de saberes úteis para a

dimensão do poder, que retornam sobre o aluno em forma de um poder normalizador que o diferencia e o sanciona, produzindo formas de subjetividade. A avaliação também se caracteriza como uma escritura disciplinar que gera campos comparativos e que permite formar categorias, classificar, estabelecer níveis de médias, comparar e hierarquizar. Essa estratégia disciplinar é um instrumento preciso de elaboração de registros e saberes sobre todos os alunos. Foucault reconhece as diferentes funções entre diversos tipos de registros e identifica, entre as práticas sociais, um solo comum no qual os saberes e poderes de cada época encontram-se articulados, constituindo assim um conjunto de práticas sociais inerentes ao momento histórico em que se desenvolvem.

Na escola, a aplicação da avaliação envolve todo um rito, que vai desde a padronização de sua escrita até a conduta disciplinar e de tempo na sua aplicação. Geralmente, são aplicadas na turma com as cadeiras enfileiradas, com um horário mínimo para início e término, acompanhadas de uma série de proibições tais como conversas, gestos ou trocas de matérias. A avaliação deve ser realizada de maneira sistemática e objetiva. Esse rito renova constantemente o poder, além de demonstrar a força que a disciplina possui no cotidiano escolar. Através da avaliação, é permitido ao professor conhecer, descrever, treinar, classificar, mensurar e comparar seus alunos: “o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e a sanção que normaliza. É um controle de normalização, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 1987, p. 164).

O poder disciplinar usa a avaliação como forma de coerção para uma relação de comparação entre os melhores e os piores alunos da turma, construindo assim, uma relação hierárquica de qualidade. Essa hierarquização não remete apenas para os alunos que estão dentro das salas de aulas, mas existe também entre as turmas da mesma série. Para Foucault (1987, p. 166), o exame (a avaliação) é um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder. É por meio da avaliação que se obtém o conhecimento sobre o aluno, sobre suas aptidões e deficiências, sobre seu crescimento, evolução ou desvio, ao mesmo tempo de transmissão do saber. Para Foucault, a vigilância e a punição podem ser percebidas facilmente na escola através do processo de exame (avaliação) do desempenho dos alunos. É através da avaliação que a pedagogia das escolas modernas se tornou ciência, como afirma Foucault (1987, p. 166):

A escola torna-se o local da elaboração de pedagogia. E do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola “examinatória” marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência.

Mais do que restringir o acesso de alguns e excluir outros, a avaliação promove na escola uma classificação dos alunos com vistas à sua ação na sociedade. A exclusão de um aluno obedece ao princípio de utilidade, gerador de saberes, de discursos científicos que procuram explicar seu aparente fracasso em administrar a indisciplina. No sistema disciplinar, o princípio de distribuição e de classificação de todos os elementos implica necessariamente algo inclassificável.

Neste sentido, o aluno indisciplinado, seja por mau comportamento, ou que apresenta baixo rendimento, ou aquele que abandona a escola, bem como o professor que não consegue atingir os níveis de aprovação em suas aulas ou os níveis de produtividade exigidos pela escola, estão corroborando para o insucesso da instituição escolar, dentro de uma sociedade disciplinar. Mais que isso, enquanto desempenha a função de formar uma subjetividade útil para o processo de economia do poder, a instituição escolar constitui-se em um aparelho responsável pela extração de saberes específicos sobre os alunos, que serão bastante úteis para os mecanismos de poder e de controle da sociedade.

O processo de disciplinamento dos alunos na escola, que os torna corpos dóceis e submissos ao regime de leis e normas estabelecidas pelas relações de poder, consiste em um dos principais sucessos dessa instituição. De uma maneira geral, pode-se afirmar que na escola o poder disciplinar se torna natural e legítimo. A construção de um saber de qualidade na educação, por meio de ações e projetos pedagógicos, é sobreposta pelo caráter disciplinar das escolas. O educar passa a significar ensinar, esclarecer, qualificar, mas também disciplinar, vigiar e punir.

## **4 VIGIAR E PUNIR NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA**

A sociedade contemporânea passou por diversas transformações significativas nas últimas décadas. O homem comum passou a ter visibilidade e, com isso, passou a exercer uma autovigilância permanente e contínua. O modelo do panóptico estudado por Foucault está inserido na sociedade, que é vigiada constantemente, nas ruas, nas escolas, nas lojas, nos bancos, e até em suas casas. A relação de poder é exercida a todo momento com o objetivo de impor na sociedade um regime de práticas que se comprometa com o poder.

O poder disciplinar funciona historicamente como aparelho que fixa nos sujeitos as normas, e na sociedade contemporânea, esse poder passa a utilizar-se de tecnologias disciplinares que produzem cada vez mais indivíduos governados por uma lógica disciplinar. Estes mecanismos de vigilância apresentam-se em forma virtual e digital, e independem de qualquer confinamento territorial estabelecido, todos se vigiam e vigiam a si próprio. Nesse novo regime de domínio, o controle social ocorre através do mecanismo de vigilância em massa, por meio da informação, da comunicação e transmissão de dados.

Considerando as teses foucaultianas em “Vigiar e Punir” (1987 [1975]), dentro do contexto da escola contemporânea é possível perceber a manifestação de inúmeras técnicas disciplinares, principalmente no que se refere à vigilância do tempo e do espaço dos estudantes. Seja pelo uso de câmeras, de grades de ferros, cercas elétricas, monitoramento 24 horas por seguranças, sirene, catracas, filas ou carteiras de identificação, tudo isso mostra a presença do poder disciplinar. Tais tecnologias são normalizadoras, de forma a se interiorizarem e se estenderem para a vida social.

### **4.1 Vigilância e punição**

A obra “Vigiar e Punir” (1987 [1975]) trata a lógica da disciplina aplicada ao sujeito de dentro da escola como uma crítica em que se refere à escola como uma instituição que se dedica a produzir uma conformação dos sujeitos, produzindo assim uma subjetivação para o mercado capitalista, que insere os indivíduos no mundo da produção. Para Foucault, é de suma importância ficar atento à dualidade

do sentido do poder disciplinar e de toda forma de poder dentro da escola. No que se refere ao poder como forma de repressão, ele é capaz de conformar os sujeitos, mas esse mesmo poder tem um efeito de produção.

Em se tratando da pedagogia moderna, o poder disciplinar tornou viável a produção de uma perspectiva científica da educação e da pedagogia. A disciplina e o exame (avaliação) são essenciais para o desempenho científico da pedagogia. Graças ao poder disciplinar é que a pedagogia se tornou científica e pode construir a escola que conhecemos hoje.

Ao analisar a escola em “Vigiar e Punir”, Foucault faz uma crítica à atividade de ensinar:

Todo mundo sabe, e eu em primeiro lugar, que ninguém precisa ser corajoso para ensinar. Ao contrário, quem ensina estabelece, ou ao menos espera, ou às vezes deseja estabelecer entre si e aquele ou aqueles que o escutam um vínculo, vínculo esse que é o do saber comum, da herança, da tradição, vínculo que pode ser também o do reconhecimento pessoal ou da amizade. (FOUCAULT, 1987, p. 24).

Baseado na percepção da obra de Foucault como um celeiro de críticas à escola e à prática de ensino, a escola moderna, em “Vigiar e Punir” (1987 [1975]), é a escola do saber, é uma instituição disciplinar. Ela é um espaço real, e o estudante é constituído como indivíduo e como sujeito. Os alunos aprendem por meio do currículo e dos programas, sendo o currículo nada mais do que um conjunto de saberes.

Os estudantes sofrem um processo de assujeitamento que os leva à constituição de suas subjetividades docilizadas, tal como seus corpos. Talvez uma forma alternativa de repensar a escola como um lugar de aprender a viver seria pensá-la orientada para a vida, e não para o saber; seja uma alternativa de um lugar de aprender a viver, um lugar de exercício de inquietar-se consigo, de vivenciar o cuidado de si, de conhecer-se para ser e para viver bem, de produzir-se a si mesmo como um sujeito singular.

Na sua obra “A hermenêutica do sujeito” (ano), Foucault propõe a possibilidade de se pensar uma pedagogia diferente de uma pedagogia orientada para o saber.

Chamemos, se quisermos, “pedagogia” a transmissão de uma verdade que tem por função dotar um sujeito qualquer de aptidões, capacidades, saberes, etc., que ele antes não possuía e que deverá possuir no final dessa relação pedagógica. Se chamamos “pedagógica”, portanto, essa relação que

consiste em dotar um sujeito de qualquer de uma série de aptidões previamente definidas, podemos, creio, chamar “psicagógica” a transmissão de uma verdade que não tem função dotar um sujeito qualquer de aptidões, etc., mas modifica o modo de ser do sujeito a quem nos endereçamos. (FOUCAULT, 2004, p. 493).

Foucault tenta mostrar que é preciso que haja uma escola onde se aprenda a verdade de si mesmo para aprender a viver bem. Ao contrário do que esse autor propõe como uma nova possibilidade de pensar a pedagogia, a escola moderna supervisiona os estudantes a todo tempo, a denominada autonomia dos alunos é supervisionada, vigiada e produzida pela instituição.

Contudo, pensar a escola atual como propõe Foucault, seria praticar uma educação orientada para a vida, que não ponha acento exclusivo no saber. Uma educação para além da disciplina e vigilância, que seja capaz de transformar a escola em um espaço de formação e criação, um lugar em que seja possível conhecer a si mesmo e aprender a inquietar-se consigo. Uma escola para além do assujeitamento, onde cada um possa pensar por si mesmo e seja capaz de aprender a viver por si mesmo, constituindo-se como sujeito nesse processo, apostando em outro modo de subjetivação e possibilidades diferentes do processo de formação.

## **4.2 Disciplina e disciplinas**

Ao falar da semelhança entre o termo disciplina como comportamento adequado a padrões de comportamento estabelecidos, e as disciplinas do currículo escolar sob as quais se organizam os diversos conteúdos de cada área do saber, Foucault propõe uma visão da educação não como uma simples estratégia de submissão de estudantes sob determinadas formas de poder, mas como uma complexa e importante estratégia de produção de formas de subjetividade particulares. As mudanças históricas do século XIX exigiram uma forma produtiva e positiva da disciplina para com a sociedade, e da constituição de uma “nova camada social gerada pela educação profissional e diretivas: a classe média”. (BALL, 1993, p. 9).

Muitos autores, assim como Ball, fazem uso dessas análises e destacam o desenvolvimento das tecnologias disciplinares sem fazer nenhum tipo de valoração, seja ela positiva ou negativa. Já outros autores referem-se às tecnologias com críticas para as práticas de ensino na escola, ao trabalho desenvolvido pelos



professores e às formas como a educação vêm sendo orientada nos últimos séculos. Ainda sobre as críticas, alguns trabalhos mostram que as tecnologias disciplinares promovidas pela escola sustentam e orientam a mediação e a construção pedagógica de certa experiência de si; com ela, a produção do modo de ser sujeitos governados (LARROSA, 1995). Em geral, as análises feitas às críticas em torno do livro “Vigiar e Punir” (1987 [1975]) nos orientam para diferentes momentos da sociedade moderna, voltando-se para a escola como uma instituição que foi e continua a ser a instituição que deve ser questionada, e porque não, transformada.

De forma clara ou não, a disciplina presente na escola se assinala como questão bastante negativa, seja por conta de seu funcionamento, que não aparece como correntes com as ideias de uma educação voltada para a democracia capaz de reconhecer e de atender as diferenças entre os estudantes (identidade de gênero, capacidade cognitivas, procedência étnica, nível socioeconômico etc.), ou seja, porque seus métodos e meios de ensino não correspondam às necessidades de forma apropriada às necessidades individuais de aprendizagem dos estudantes, nem tampouco as necessidades sociais ou econômicas, e, por isso, não conseguem concorrer com outros cenários educacionais como as tecnologias digitais.

Ao se pensar a mudança educacional é necessário pensar em dois temas como objeto de estudo: primeiro seria a importância dada à titularidade, que certifica o domínio de determinados saberes e habilidades; e o segundo, o descrédito dado aos professores, que desenvolvem um trabalho com muito esforço, cuja remuneração não compensa o labor associado ao desenvolvimento de práticas tradicionais nas quais ocupam posições autoritárias. Esses dois exemplos citados demonstram práticas da escola ligada às críticas do senso comum e mostram desconhecimento do campo educativo, do saber pedagógico e da vida cotidiana da escola. A disciplina, na maioria das vezes, é o foco de muitos questionamentos e análises da escola, derivando sempre a ideia de mudança urgente e necessária.

Muitas críticas à disciplina usam as análises desenvolvidas por Foucault em “Vigiar e Punir” (1987 [1975]), com dois propósitos distintos: um deles seria para destacar que é preciso questionar a disciplina ou demonstrar a veracidade de suas críticas e, para isso, a perda da disciplina terá levado à crise que a educação se encontra, e com isso a uma descrença no que se refere às reformas educacionais feitas para o reconhecimento da diferença e da valorização dos direitos e das

liberdades individuais, as mesmas que teriam enfraquecido os limites e as exigências na formação das crianças e dos jovens.

No outro sentido, estudos demonstram que a disciplina escolar não é necessária e que promove formas estritas de coerção e reprimem a criatividade, a afetividade, o potencial e as habilidades dos estudantes. Nesse sentido, os argumentos do público em geral, no campo da educação, promovem a ideia de transformar a escola com novas práticas, que tornem mais flexíveis os controles sobre as atividades escolares, para que garantam a atenção às necessidades de aprendizagens individuais e, assim, possam atender às exigências que demandam a sociedade.

As duas posições baseadas nas reflexões de Foucault, aparentemente são opostas e acabam com o termo disciplina, que é visto de uma forma de poder que se possui e se exerce, que é dominada pelos adultos, cuja presença determina o controle e a direção dos indivíduos mais novos. Uma forma de poder voltada mais para a repressão, exclusão, abstração, censura, e menos para condução, produção e definição de modos de ser sujeitos, de preceitos de comportamentos, de formas de relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

A leitura que Foucault faz dos modos de condução humana das chamadas sociedades ocidentais funda-se na ideia do poder como uma relação de forças que se exerce, e portanto, não é privilégio de um único grupo humano sobre outro, mas um encontro de posições estratégicas, que se ajustam permanentemente, investindo e atravessando cada sujeito, de modo a produzir condutas que se atualizam nessa mesma produção (FOUCAULT, 1987).

Dessa forma, a disciplina é uma das formas mais produtivas para se exercer o poder, uma forma presente na escola, no conjunto de técnicas e estratégias que produzem, levando à constituição dos modos de organização social que conhecemos até hoje, dos modos de nos relacionarmos como sujeitos. As técnicas disciplinares continuam a estar presentes nos modos de vida atuais, e assim como já foram produtivas e eficazes, elas continuam a oferecer e definir modos de ser, estar e pensar; forma de condução dos sujeitos por si mesmos e pelos outros, bem como formas de relacionamento e entendimentos do mundo. O sujeito moderno é fruto do conjunto dessas técnicas, peças fundamentais, que possibilitam a produção de formas individualizadas do sujeito moderno.

A escola moderna emergiu na Europa dos séculos XVI e XVII como uma peça-chave do governo disciplinar da população que se organizou e encontrou nas práticas de polícia sua melhor expressão. A escola moderna está inscrita num regime de produção e correção, constituindo-se como uma instituição produtora, que se utiliza de um conjunto de estratégias normalizadoras que trabalham a regulamentação ínfima e contínua dos corpos e dos saberes.

É preciso reconhecer que o surgimento da escola moderna, juntamente com outro conjunto de instituições e práticas disciplinares, somente ocorreu devido a questões históricas, que marcaram as transformações sofridas nos modos de vida da sociedade e que não ficaram alheias a certas condições estruturais e a formas de pensamento vigentes, as quais, por sua vez, entraram em conflito e foram insuficientes para atender às demandas das novas situações. De outra forma, a escola moderna também foi marcada pelas práticas e técnicas disciplinares de controle e vigilância, que se ajustaram e emergiram para garantir a regulamentação dos indivíduos e os grupos humanos.

A escola é uma instituição que, de uma forma mais geral e determinante, consegue moldar o ser humano. É uma das mais importantes instituições para a produção e individualização de corpos e saberes da sociedade. Indivíduos disciplinados são o resultado da aplicação de um conjunto de técnicas derivadas e vinculadas ao desenvolvimento das práticas pastorais ajustadas e aperfeiçoadas pelas comunidades monacais de Medievo<sup>7</sup>.

A organização das estratégias disciplinares modernas ocorreu inicialmente nos colégios antigos e nos exercícios das classes operárias, configurando um cenário de prática social que ofereceu a inteligibilidade necessária aos processos de disciplinamento. Com isso, os mecanismos de poder disciplinar foram sendo incorporados lentamente ao corpo social, ampliando o número de instituições disciplinares. Diante disso, o funcionamento da disciplina, que antes era em espaços fechados, passa a funcionar em espaços abertos, ajustando procedimentos, fazendo-os adaptáveis e flexíveis.

O termo “disciplinas escolares” é usado hoje na escola como o conjunto de conteúdos que são organizados e aceitos como parte dos planos dos estudos e

---

<sup>7</sup> Uma interessante análise sobre tal procedência, além das propostas por Foucault (2002), encontra-se em Agamben (2013).

currículos escolares. Desse modo, o termo disciplinas refere-se à produtividade e multiplicidade da disciplina no âmbito escolar. Na escola também ocorre a regulamentação dos saberes que emergem e circulam nela. Saberes que, de acordo com Foucault (2000), são resultados de uma seleção e de um controle operados nos discursos, e que resultam dessa implementação pelo menos três procedimentos sobre os saberes para que eles sejam considerados conhecimentos válidos e próprios da cultura acadêmica ocidental.

Primeiro, os procedimentos que se excluem e que se exercem do exterior e se sustentam num sistema de instituições que os impõe e os reconduz. Interdição, separação e rejeição, oposição do verdadeiro e do falso aparecem como as técnicas próprias desses procedimentos. Segundo, os procedimentos de ordenação, classificação, distribuição, que se exercem do interior do próprio discurso para dominar o acontecimento e o acaso das aparições aleatórias. Neles, as técnicas mais frequentes são o comentário, a unidade de autor e a organização das disciplinas.

E o último e terceiro, os procedimentos de rarefação, que definem as condições de funcionamento do discurso e submetem a dimensão do discurso que põe em jogo os sujeitos que falam. Trata-se dos procedimentos que impedem o acesso de todos ao discurso, organizados agora em regiões diferenciadas: o ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e a apropriação social do discurso parecem ser os elementos que reagem e regulam os saberes que se consideram conhecimentos válidos e importantes nos processos escolares (FOUCAULT, 2000). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que no campo dos saberes constituídos por diversas formas como nós praticamos a vida, alguns desses saberes estão organizados em séries conceituais que chegam a alcançar níveis de cientificidade e formalização, tais quais são aceitos como disciplinas científicas possíveis de serem ensinadas e aprendidas na escola.

A escola moderna caracteriza-se como uma instituição disciplinar que articula os modos de vida dos sujeitos utilizando-se de um conjunto de regras que regulamentam os corpos que eles habitam e os saberes que dão forma a suas condutas e desejos. Ainda hoje a escola continua sendo objeto de análises, críticas e questionamentos. A questão da produtividade da disciplina no âmbito escolar aparece em parte resolvido no reconhecimento das múltiplas formas de ser e estar

no mundo que ela possibilita, assim como na definição de todo o conjunto de saberes que ali emergem e circulam.

No entanto, é importante pensar que as técnicas disciplinares foram e ainda são necessárias na produção de novo pensamento, de formas de saber e ser que definem modos de relação dos sujeitos consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Assim, é na escola e no trabalho pedagógico, através das práticas de ensino dos professores com os estudantes, que se formam os corpos e os saberes que fazem parte dos nossos grupos sociais.

“Vigiar e Punir” (1987 [1975]) nos oferece ferramentas importantes para que possamos compreender que as formas de regulamentação dos corpos e dos saberes escolares produziram nos últimos séculos muitos conteúdos que podem ser ensinados e sobre os processos de formação do ensino-aprendizagem que configuraram todo um campo discursivo próprio do saber pedagógico. Esses conteúdos possibilitam a criação de um espaço de reflexão onde aqueles que fazem a comunidade escolar discutem e promovem outras formas de entender e pensar aquelas que Kant (2003) assinalava como as tarefas mais difíceis de realizar: governar e educar.

### **4.3 Vigilância e as tecnologias disciplinares**

Atualmente, muitas escolas se utilizam de tecnologias de vigilância e acentuam o monitoramento contínuo dos alunos. Os aparatos se caracterizam por exercer, no lugar dos seres humanos, práticas de rotina que identificam, verificam, categorizam e controlam os alunos. As escolas utilizam-se de tecnologias que invadem a privacidade dos alunos, minam a confiança no outro e criam uma atmosfera de desconfiança. Essas tecnologias tornam a concepção das escolas como instituições democráticas, em uma espécie de escola denominada por Foucault como *panóptica*.

Foucault registra as transformações ocorridas desde a punição física ao controle psicológico por meio de modelos e arquiteturas, o que permitiu a observação de uma via administrada por poucos, em nome de um governo liberal mais humano. O panóptico é a metáfora viva de um sistema de governo que produz a ilusão de maior liberdade individual, enquanto fornece meios para novas

tecnologias disciplinares. Assim como o panóptico de Bentham ofereceu ao passado um método universal de controle social para as sociedades disciplinares na forma de confinamentos espaciais, hoje ele também é reforçado assumindo a forma de arquiteturas abertas, que invertem a lógica da clausura, mantendo os efeitos das tecnologias disciplinares.

O mecanismo do panóptico torna-se ainda mais viável e presente nos dias atuais, passando a desenvolver um olhar de vigilância do Estado e da sociedade de populações globais que usam as novas tecnologias para controlar, vigiar, observar, rotular e monitorar os sujeitos no trabalho, em casa ou até mesmo em momentos de lazer. Na sociedade atual, o panóptico cria uma consciência de visibilidade permanente e capta dados como formas de poder, em que detenções e confinamentos espaciais não são mais necessários para o controle. A nova visibilidade pode controlar, ouvir, monitorar nossas conversas, nossas compras.

Foucault associa o panóptico ao sistema capitalista, que serve como base para que se obtenha o exercício do poder mais barato, isso pela pouca despesa que custa, por sua descrição, sua baixa exteriorização, sua relativa sensibilidade e pela pouca resistência que suscita e faz aumentar a docilidade e a utilidade de todos os indivíduos inseridos no sistema. A economia capitalista cresceu e deu origem à modalidade específica do poder disciplinar, cujas técnicas de submissão de corpos e forças podem ser operadas nos mais diferentes regimes políticos ou instituições.

Atualmente, vivemos diversas formas de confinamento que não são mais fechadas e dão suporte a uma lógica baseada na dominação de computadores, que abrem escolas e outras instituições para gerar força ao mercado globalizado e capitalista. A escola moderna pode ser utilizada como exemplo do poder disciplinar de vigilância e dos mecanismos de controle em se tratando de sistemas cada vez mais globalizados de armazenamento de dados. O uso da observação dos indivíduos torna-se o princípio para a inspeção de todos os tipos de instituições e uma espécie de justiça reformista que se utiliza de métodos disciplinares e procedimentos de avaliação. A vigilância moderna surge associada à ascensão das ciências humanas que analisam, registram observações e normalizam os sujeitos.

Para Deleuze (1992), na sociedade atual, as formas de confinamentos fechados passam a ser abertos, isso por conta do suporte dado a uma lógica baseada na dominância de computadores que abrem escolas e outras instituições

diretamente para as forças de mercado do capitalismo global. O confinamento torna-se especializado em uma maneira diferentemente solta, escalável e em redes que assumem proporções globais. Tais redes excedem, em todos os sentidos, o Estado e seu território. Nesta rede de espaços, tecnologias disciplinares são intensificadas e intimamente associadas com a racionalidade calculista de algoritmos que dirigem o sistema de informação e pesquisa. É a arquitetura invisível e implícita das máquinas inteligentes que fornecem a observação, a vigilância no trabalho e a função de supervisionar o trabalho, o registro do desempenho, assim como o tempo necessário para completar as atividades diárias atribuídas.

No universo digital, as novas formas de análise de aprendizagem tornaram-se a forma mais rápida de entrega de bens públicos e educacionais para o setor privado, numa união entre as corporações de grandes informações e o Estado. Os dados coletados podem ser utilizados em muitas formas diferentes, seja para atingir mercados, vender produtos educacionais e até mesmo para outros fins não educacionais, como forma de capturar dados. Esta evolução política do panóptico em um formato digital pode ser descrita com os conceituais vinculados à noção de sociedades disciplinares de Foucault.

O panóptico de Bentham é definido como uma forma que centraliza o poder e se utiliza das tecnologias de comunicação e informação como ferramentas de observação e controle de frequência. Por outro lado, a vigilância através das tecnologias digitais é feita por participantes disponíveis, que dão o seu consentimento para o sistema de controle e cultura de desempenho, em que um simples *on-line* significa a quebra voluntária da privacidade.

Dobson e Fischer (2007) sugerem modelos de vigilância, como por exemplo, a forma de sistemas de rastreamento de humanos de alta tecnologia, com base em sistemas de informação geográfica, telefones celulares e etiquetas de identificação por rádio frequência, elas são meios baratos e eficazes de realizar a vigilância diária, utilizada por empregadores, pais e vizinhos, além da segurança nacional. A vigilância por meio das tecnologias digitais é uma forma de tecnologia disciplinar utilizada para impor normas à sociedade digital disciplinar. A coleta de dados pela *internet* equivale a um policiamento secreto, isso porque a nova arquitetura da observação está enraizada nas redes de dados, ameaçando corromper a democracia, ao infringir as ideias da vida privada dos cidadãos e do Estado.

Desde o início da revolução digital a vigilância tem sido uma parte importante. O capitalismo financeiro global é apenas um dos aspectos do proeminente e rápido crescimento do capitalismo cibernético. A modernidade ocidental e os sistemas globais de desenvolvimento gerados pelo capitalismo exibem tendências de uma abstração que, cada vez mais, pode ser descrita em termos de processos de modernização a longo prazo (PETERS *et al.*, 2010). Esses processos são impulsionados, em grande medida, por meio do desenvolvimento da lógica e da matemática, especialmente na arquitetura mundial dos sistemas digitais globais emergentes.

O conhecimento rápido faz parte do capitalismo e serve para expressar uma nova forma genérica do capitalismo, com base cada vez mais sobre as formas de capital simbólico, o qual se associa com o aumento das finanças globais e novas tecnologias de informação e comunicação.

As novas tecnologias de informação e comunicação têm expandido cada vez mais o alcance da economia industrial tradicional, tornando ainda mais eficaz as transações internacionais e a promoção de capitais, trabalho, bens e serviços na velocidade da luz e do som. Esse movimento levou ao crescimento das transações de negócios realizadas por meios eletrônicos para transformar e criar as relações de criação de valor entre as organizações, bem como entre elas e os indivíduos.

O impacto das novas tecnologias digitais autoriza a liberação dos mercados de capital mundial e, paralelo a isso, habilita empresas de alta tecnologia em *internet* a desenvolverem-se de forma rápida e com enormes ganhos. O conhecimento rápido é um elemento central no capitalismo de conhecimento, tanto como conteúdo quanto com a tecnologia, refinando o sistema que é responsável pela sua circulação cada vez mais veloz.

Os avanços nas tecnologias de informação estão transformando o tecido da nossa sociedade, e os dados passaram a representar uma nova moeda transformadora para a ciência, engenharia, educação e comércio. (JAHANIAN, 2013, p. 2).

Análise de aprendizagem é um termo adotado pela comunidade educacional, que procura compreender as implicações da evolução para a forma como analisamos os dados de aprendizagem a serem utilizados por organizações para melhorar o sistema de aprendizagem. Ela se utiliza de técnicas computacionais para analisar as informações dos alunos, gerar visualizações de dinâmicas de



aprendizagem e construir modelos de previsão para testar teorias. Como os dados podem ser coletados em tempo real, a proposta é que venha a existir a possibilidade de uma melhoria constante, através de inúmeros ciclos de *feedback*, que operam ao longo de diferentes escalas de tempo como: um retorno imediato para os alunos sobre suas próximas tarefas, um retorno diário para informar ao professor o foco da aula do dia seguinte e, esporadicamente, para os diretores que monitoram o progresso da escola. Dito de outra forma, os sistemas com riqueza de informações e dados são capazes de fornecer um *feedback* informativo e acionáveis para alunos, professores e diretores.

Muito se discute sobre a análise de aprendizagem, e isso inclui tecnólogos, pesquisadores em educação, líderes e formuladores de políticas, profissionais da educação, administradores organizacionais e os alunos. No entanto, faz-se necessário um debate crítico sobre os limites do modelo computacional, a ética da análise e os paradigmas educacionais que a análise de aprendizagem promove.

Nessa rede de espaços digitais as tecnologias disciplinares são intensificadas e associadas diretamente com a racionalidade dos algoritmos que direcionam todo o sistema de informações e pesquisa. Na atual era digital, ilustrada pela explosão da *internet*, todos os espaços modernos que confinam as pessoas estão abertos às forças globais externas, que se exibem por meio da mistura do mercado e das novas tecnologias digitais, ambos com franca presença no espaço escolar.

Em se tratando da educação na era digital, considerada no seu sentido mais amplo e em todos os níveis, torna-se o principal meio de obra digital para o crescimento do conhecimento. A educação rompe o modelo de confinamento em sala de aula, pois adota diferentes formas de lógica digital que transformam esse ambiente de dentro para fora. O confinamento é feito de maneira escalável, solto e em rede, assumindo proporções gerais. Essas redes excedem, em todos os sentidos, o Estado e o seu território. Esse processo de abertura de espaços digitais acaba por criar um cenário de uma instituição descentralizada e autônoma dentro da rede, mas sempre ligado a um sistema de coleta de dados de todas as características do comportamento da sociedade. No entanto, dentro da escola, as tecnologias disciplinares ainda operam promovendo o controle contínuo e vigilante no âmbito de plataformas abertas.

A era digital transforma as instituições modernas de dentro para fora, e as

abre por meio de um processo que estimula a interconectividade e um conjunto aninhado de redes que as conecta em múltiplas configurações. Este processo de abertura dos espaços modernos está apenas iniciando, e representa o começo da informatização entre espaços abertos e fechados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de sujeito transita na escola desde a sua criação, e muitas teorias educacionais conflitam sobre qual seria esse sujeito criado para a sociedade, se o sujeito universal ou o sujeito histórico. No que se refere à modernidade, as políticas educacionais estão voltadas para a construção de um sujeito que repete um modelo social atrelado aos interesses das classes dominantes, e os dispositivos disciplinadores, que fazem parte da escola, baseiam-se na noção de um sujeito universal, que sobre eles exerce um controle individual. O ambiente escolar é usado como local destinado à formação de indivíduos que obedecem a uma ordem capitalista que rege o mundo, pautada pela regra de que os sujeitos devem ser adaptáveis, e o professor serve como guia dos alunos para esta suposta universalidade dos estudantes.

A contribuição de Foucault é fundamental para entender as questões presentes na escola, pois é no ambiente escolar que as relações de poder são efetivadas e legitimadas. A escola é um lugar determinado, ordenado e delimitado, em que cada aluno se posiciona como uma linha de montagem; dessa forma, a escola organiza-se hierarquicamente, produzindo um tipo específico de sujeito ideológico. O exercício do poder disciplinar não se separa da sujeição, e a presença do poder disciplinar permite a vigilância dos alunos, assim, acaba por tornar-se um ambiente de neutralidade, que se apoia nas disciplinas. É através da relação hierárquica presente na escola que todos sentem-se controlados e vigiados, ou seja, as técnicas disciplinares presentes na escola fazem com que os sujeitos aceitem o poder de punição e de serem punidos. Dessa forma, o poder disciplinar assume o lugar de privilegiado nas ações e discursos que envolvem as relações que compõem o universo escolar.

Os dispositivos disciplinadores se fazem presente desde a existência do currículo preestabelecido, e a existência de técnicas e métodos medem o aprendizado do aluno. Ainda estão presentes a organização espacial da sala em fila e no formato quadrangular; as carteiras separadas, onde há uma relação permeada de disciplina; a fragmentação do tempo é medida; as atividades escolares são executadas com regularidade e em etapas bastante delimitadas. Assim, o Estado e o mercado capitalista acabam por controlar a organização e o funcionamento da educação, tornando o ensino de caráter obrigatório e a escola constituindo-se num observatório

político, que permite o controle e o conhecimento de todos os seus integrantes, possuindo a função de reproduzir e reforçar prescrições normativas vinculadas à regulamentação e ao controle das coletividades.

A escola moderna é uma organização que posiciona e classifica os estudantes no tempo e no espaço com o objetivo maior de controlar seu comportamento e organizar seu desenvolvimento individual. Essa classificação é considerada fundamental para uma vigilância mais precisa e para avaliar o desenvolvimento dos alunos por um determinado período. Essa organização no espaço é a condição necessária para considerar a individualidade dos alunos em termos de evolução da aprendizagem e para um julgamento justo e adequado em sala de aula. Foucault destaca que essa comparação nas salas de aula não priva os alunos de um tipo de individualidade ou identidade natural, pelo contrário, sem essa organização do tempo e do espaço nas escolas a experiência moderna da individualidade ou identidade dos alunos não seria possível.

Enquanto instituição formadora, a escola atual tenta adequar-se às exigências do mercado contemporâneo; dessa forma, acaba por utilizar a disciplina para assujeitar os alunos, sem que haja o uso da violência, utilizando-se de técnicas de persuasão que atuam indiretamente sobre seus desejos, condutas e escolhas. A normalização presente na escola envolve atividades específicas, como a homogeneização com base na idade, diferenciação no que diz respeito ao sujeito material do ensino, definição de atitudes e habilidades de cada aluno, medidas regulares do desenvolvimento dos indivíduos com base em avaliações, observações de lacunas e hierarquização de qualidades, habilidades e atitudes de modo a premiar e a punir os estudantes.

Neste contexto, a escrita de um boletim baseado em notas é um tipo de instrumento para posicionar o aluno, e esse conhecimento relatado apoia a intervenção educacional ou a correção, e mais adiante, a vigilância disciplinar. Esses diagnósticos são essenciais para uma carreira escolar de sucesso, gradual e programada. Na escola e na sala de aula modernas, o aluno é, portanto, alguém que pode e deve ser orientado a si mesmo por pontos e médias.

Tomando por base os conceitos foucaultianos sobre a análise da modernidade e aplicando-os à escola, permite-se pensar uma educação na qual o sujeito é constituído de uma liberdade integral. Desvincular a escola dos sistemas de poder do

Estado e do capital privado, estruturando um sistema curricular aberto, em que haja conteúdos com temas de interesses comuns e interligados, que possam promover o interesse do aluno a aprender sozinho, valorizando o trabalho intelectual e manual, unindo a teoria e a prática, acabando assim com a dualidade entre professor e aluno, para que todos possam adotar uma postura de responsabilidade com o coletivo, não só pelas decisões, mas também pelas ações. A autonomia dos indivíduos seria a base dessa nova escola, que em ações de solidariedade seria capaz de se gerir sozinha.

O grande desafio da escola é utilizar-se de estímulos da vida real, para que os alunos de hoje sejam compreendidos como sujeitos de aprendizagem, e não mais como objetos de um método de ensino. Que seja observado que nem a idade, nem o tempo, nem seu desempenho escolar irão determinar a posição deste aluno como aprendiz, pois o aluno deve escolher viver com as diferenças. Cada aluno é diferente, e é tarefa da escola estimular cada aluno a uma educação que vise explorar seus talentos individuais, sua forma de aprender, suas vivências e seu conhecimento adquirido. Todos devem ter a oportunidade de desenvolver seus próprios talentos, em direção a competências e qualificações úteis; e todos têm o direito de tornar-se o que desejar e escolher o que supre suas necessidades.

É sim possível considerar a escola como uma organização particular de tempo-espço a ser reinventada, uma organização de tempo-espço que começa da aceitação de que não há um destino natural, mas que um destino pode ser encontrado e construído, em que o aluno não estuda para alcançar a melhor das profissões do mercado capitalista, mas vai à escola para tornar-se uma pessoa melhor.

Pensar a sociedade além do poder que normaliza os sujeitos é a principal proposta de Foucault. As ideias do autor servem como instrumento de análise dos sujeitos e da modernidade aplicados à escola, sendo possível esboçar um novo jeito de fazer a escola. Promover uma transformação no sistema educacional seria, no limite, tencionar as relações de poder da sociedade. Trata-se de reinventar a escola para uma aprendizagem e um ensino comunitários, em que se compreenda que o percurso educativo dos estudantes deve levar a um conhecimento cada vez mais autônomo, e que haja uma relação de solidariedades para com os outros. O desafio está em abrir caminhos em direção a uma participação mais comprometida na problematização da constituição das subjetividades; pensar a educação, o pedagógico e os sujeitos dessa relação para além de uma condução, de um estado de

humanização que possui como tarefa final a normatização da ação educativa do homem. É necessário e fundamental a democratização da escola. Todos os envolvidos no processo educacional poderiam agir no sentido de promover uma transformação no sistema educacional.

Pensar a educação com Foucault implica romper o modelo de educação empregado nas escolas, abandonar o modelo cartesiano das relações com o saber. Espera-se uma educação que se disponha a formar alunos capazes de atender às exigências necessárias da modernidade, não se limitando apenas a inserir os estudantes no mercado de trabalho. A escola deve ser o espaço no qual sua organização se estrutura a criar espaços e atividades capazes de desenvolver pensamentos, estimulando a formação da razão, assim como de uma imaginação suficientemente sólidas para atender às exigências de um pensamento moderno, enfim, promover ao indivíduo moderno a capacidade de recriar conhecimento e novas relações com o saber e democraticamente comprometidas na construção de uma sociedade que potencialize as verdadeiras e importantes qualidades de cada ser humano

Não se pode negar que o uso da disciplina é necessário para as exigências da sociedade, principalmente no que se refere às normas de sobrevivência em coletivo, o que precisa ser questionado é até que ponto esse carácter de controlar o homem o torna obediente. Não há controle e vigilância que torne o indivíduo tão obediente a ponto de ser incapaz de refletir sobre a essencialidade da disciplina para a sua formação. E cabe à escola trabalhar essa questão de maneira a possibilitar que o estudante se manifeste, devolva-se e se aprimore acerca de valores que não impeçam o seu crescimento. O processo educativo deve permitir a construção das relações mútuas de poder e saber, e assim, potencializar as interações críticas e criativas, superando o assujeitamento que as tecnologias disciplinares produzem nos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, H. M. de. Inspeção escolar: do controle à democratização do ensino. **Pós em Revista**, 19 nov. 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DWAVhFG0EXIJ:blog.newtonpaiva.br/pos/e6-ped43-inspeção-escolar-do-controle-a-democratização-do-ensino/&num=1&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsr=0>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- AGAMBEN, G. **Altíssima pobreza**: Reglas monacales y forma de vida. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2013.
- ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- ARAÚJO, I. L. Da “pedagogização” à educação: acerca de algumas contribuições de Foucault e Habermas para a filosofia da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 75-88, set./dez. 2002.
- BALL, S. (Compilador). **Foucault y la educación**: disciplinas y saber. Madrid: Ediciones Morata, 1993.
- BELTRÁN–QUIERA, M. *et al.* **La “Ratio Studiorum” de los jesuitas**. Madrid: Universidad Pontificia Comillas de Madrid, 1986.
- BILLOUET, P. **Michel Foucault**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Estação liberdade, 2000.
- CANDIOTO, C. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica; Curitiba: Champagnat, 2010.
- CARVALHO, A. F.; GALLO, S. **Repensar a educação**: 40 anos após vigiar e punir. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015. (Coleção contexto da ciência).
- COMENIUS. **Didática Magna**. [1631] Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- COMPANHIA DE JESÚS. [1995]. **Ratio studiorum**. Madrid: Universidade Pontificia de Comillas, 1986.
- DELEUZE, G. **Postscript on the Societies of Control**, v. 59, pp. 3-7. oct. 1992. At [http://files.nyu.edu/dnm232/public/deleuze\\_postscript.pdf](http://files.nyu.edu/dnm232/public/deleuze_postscript.pdf).
- DOBSON, J. E.; FISHER, P. F. The Panopticon’s Changing Geography. **Geographical REview**, v. 97, n. 3, p. 307-323, 2000.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire etymologique de la langue française**: histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1951.
- FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia**. Trad. Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Trad. Maria Theresa da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: vozes, 1987.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero; Antônio Carlos Maia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-295.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Tecnologías del yo y otros textos ofines**. Introducción de Miguel Morey. Barcelona: Paídos, 1990.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso dado no collége de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Hermenêutica del Sujeto**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2002.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Machado; Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio Janeiro: PUC; NAU, 2003.

FOUCAULT, M. **Verdade, poder e si mesmo**. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos – V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 294-300.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007 p. 69-78.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: WMF Martins fontes, 2011.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GUTTING, G. **Foucault**. São Paulo: Ideias e Letras, 2016.

GOMES, J. F. O “Ratio Studiorum” da Companhia de Jesus. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 25, n. 2, p.131-154, 1991.



GOMES, J. F. O “modus parisiensis como matriz da pedagogia dos jesuítas. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 28, n. 1, p. 3-35, 1994.

HUNTER, I. **Repensar la escuela**: Subjetividad, burocracia y crítica. Barcelona: Pomares-Corredor, 1998.

INGRAN, D. **Filosofia do direito**. Trad. José Alexandre Durry Guerzoni. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JAHANIAN, F. **The Promise of Big Data**, 2013. at. [http://cendi.dtic.mil/presentations/07\\_10\\_13\\_WACTLAR.pdf](http://cendi.dtic.mil/presentations/07_10_13_WACTLAR.pdf)

KANT, I. **Pedagogía**. Tradução de Lorenzo Luzuriaga e José Luís Pascual. Madrid: Akal, 2003.

LARROSA, J. Tecnologías del yo y educación. Notas sobre la construcción y la mediación de la pedagogía de la experiencia de sí. *In*: LARROSA, J. (Ed.). **Escuela, poder y subjetivación**. Madrid: La Piqueta, 1995. p.257-329.

LEONÁRD, J. El historiador y el filósofo - a propósito de: Vigilar e Castigar; nacimiento de la prisión. *In*: PERROT, M. (dir.). **La imposible prisión**: debate com Michel Foucault. Trad. Joaquim Jordá. Barcelona: Editorial Anagrama, 1982. p. 5-36.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MARROU, H. I. “Doctrina” et “disciplina” dans la langue des pères de l’Église. *In*: Bullentin du Carge. Archivum Medii Aevi, Paris, Tome IX, p. 5-25, 1934.

NOGUEIRA-RAMÍREZ, C. E. **Pedagogia e governamentalidade ou Da modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

PAIVA, A. C. S. **Sujeito e Laço Social**: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PETERS, M. A., BRITEZ, R.; BULUT, E. Cybernetic Capitalism, Informationalism, and cognitive Labor, Geopolitics, **History and International Relations**, v. 1, n. 2, p. 11-40, 2010.

PETERS, M. A. Bio-information Capitalism. **Thesis Eleven**, v. 110, n. 1, 2012.

RAJCHMAN, J. **Foucault**: a liberdade da filosofia. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: j. Zahar, 1987.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Carlos Piovezani Filho; Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social**. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

SIEBERT, R. S. de S. **As relações de saber-poder sobre o corpo**. In: ROMERO, E. **Corpo, Mulher e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 1995.

TERREL, J. **Politiques de Foucault**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

VAN KRIEKEN, R. A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o eu. Trad. Ana Maria Cristina Schindler. **Plural: revista de sociologia da USP**. São Paulo, n. 3, p. 153- 180, 1996.

VARELA, J. Prólogo a la edición española. In: BALL, S. (Compilador). **Foucault y la educación: disciplinas y saber**. Madrid: Morata, 1993. p.ix-xv.

VEIGA, C. G. Sentimentos de vergonha e embaraço: novos procedimentos disciplinares no processo de escolarização da infância em Minas Gerais no século XIX. In: Congresso de história da educação de Minas Gerais, 2, 2003, Uberlândia. **Anais**. Universidade Federal de Uberlândia, 2003. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo7/completos/sentimentos-vergonha.pdf>. Acesso em: 8 maio 2012.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2017.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Trad. Alda Baltar; Maria auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: UnB, 1998, p. 236-285.